



Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência, Tecnologia e Inovação

Documento de Informações Complementares
para a Comissão de Avaliação, referente à
avaliação do desempenho do CGEE no
Contrato de Gestão em 2012

MCTI | CGEE

Abril, 2013

Sumário

Apresentação	3
Sumário Executivo	4
Síntese dos Resultados do Exercício de 2012	6
Quadro síntese do atingimento das metas pactuadas nas cinco Linhas de Ação	9
Destaques em 2012 da Linha de Ação 1 - Estudos, Análises e Avaliações	14
Informações sobre as subações concluídas na Linha de Ação 1	16
51.50.1 Fármacos: investimentos estratégicos em CT&I e balança comercial	16
51.50.2 Plano estratégico de software e fomento ao software livre	18
51.50.3 Agendas de CT&I em cadeias produtivas selecionadas.....	20
51.50.4 Roadmap tecnológico para a produção e uso limpo do carvão mineral brasileiro ...	22
51.50.5 Dinâmica de inovação nas empresas industriais brasileiras	23
51.50.7 Saúde e Inovação: territorialização do complexo econômico-industrial da saúde ...	25
51.50.9 Revisão da Legislação Brasileira sobre Propriedade Intelectual.....	27
51.51.2 Desafios e estratégias para a inclusão digital: subsídios para o Programa Nacional de Banda Larga.....	30
51.51.3 Eficiência Energética: desenvolvimento de agendas tecnológicas em temas selecionados.....	32
51.51.5 Economia verde: propostas para uma agenda brasileira	33
51.51.6 Temas centrais para participação brasileira na Rio + 20: Desertificação - Biodiversidade - Clima	36
51.51.7 Redes de Inovação: estratégias de agregação de valor a produtos da biodiversidade	38
51.51.9 Estudos de usos e aplicações de Terras Raras	40
51.51.11 Mapeamento de competências em tecnologias assistivas	43
51.51.12 Subsídios em CT&I para uma Política de Segurança no Trânsito	45
51.51.16 Centro de altos estudos Brasil século XXI	47
Informações sobre as Atividades da Linha de Ação 1	49
51.31.80 Atividade - Recursos Humanos para CT&I	49
51.31.81 Atividade - Indicadores de Inovação	51
Destaques em 2012 da Linha de Ação 2 – Articulação	52

Informações sobre a subação concluída na Linha de Ação 2	53
52.11.1 Agendas estratégicas de CT&I globais	53
Informações sobre a Atividade da Linha de Ação 2.....	54
52.11.80 Atividade - Inserção do CGEE em agendas Internacionais.....	54
Destaques em 2012 da Linha de Ação 3 – Apoio à Gestão Estratégica do Sistema nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação	56
Informações sobre as subações concluídas na Linha de Ação 3.....	56
53.5.5 Rede de temas estratégicos para o desenvolvimento brasileiro	57
53.5.9 Subsídios técnicos para o CCT.....	59
53.8.2 Desenvolvimentos Incrementais do Portal Inovação [Ambientes NIT, Recorte Biotecnologia (PDP) e Sibratec].....	60
53.8.3 Gestão Estratégica da Informação em CT&I - Plataforma Aquarius	61
53.11.6 Fortalecimento e consolidação dos Institutos de Pesquisa do MCTI	62
Informações sobre a Atividade da Linha de Ação 3.....	64
53.8.80 Atividade - Desenvolvimento e atualização de plataformas eletrônicas em CT&I....	64
53.5.80 Atividade - Notas Técnicas.....	65
53.5.81 Atividade - Reuniões de Especialistas	66
Destaques em 2012 da Linha de Ação 4 – Disseminação de Informação em Ciência, Tecnologia e Inovação	67
Informações sobre as Atividades da Linha de Ação 4.....	68
54.1.80 Atividade - Participação em eventos de disseminação da informação em CT&I	68
54.1.81 Atividade - Produção e disseminação de informação.....	69
Destaques em 2012 da Linha de Ação 5 – Desenvolvimento Institucional	72
Informações sobre as Atividades da Linha de Ação 5.....	73
56.2.80 Atividade - Observatório em Ciência, Tecnologia e Inovação	73
56.2.81 Atividade - Desenvolvimento de competências e ferramentas em prospecção, avaliação estratégica, gestão da informação e do conhecimento	75
Informações sobre a subação concluída na Linha de Ação 5	78
56.2.6 Aprimoramento da sistemática de avaliação do Contrato de Gestão.....	78

Apresentação

A direção do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE preparou este documento com o objetivo de facilitar a avaliação do CGEE, por parte da Comissão de Avaliação - CA, quanto ao cumprimento das metas pactuadas pelo Centro junto ao Órgão Supervisor do Contrato de Gestão (MCTI) ao longo de 2011 e 2012. Contém informações que complementam aquelas existentes no Relatório Final do Contrato de Gestão – 2012, e que foram solicitadas ao CGEE durante a reunião da CA realizada em 3 de abril de 2012.

Importante destacar que o mencionado Relatório Final continua sendo o instrumento, formalmente aprovado pelo Conselho de Administração da Organização Social, por meio do qual o CGEE cumpre as atribuições legais que lhe são atribuídas pela Lei 9637/98 e onde, também, o Centro procurou atender às solicitações feitas pela CA ao longo de suas interações com a direção do Centro e seu corpo técnico na vigência do Contrato de Gestão.

De acordo com a metodologia de avaliação vigente, pactuada entre as partes no Contrato de Gestão, no ano de 2012 deve ser avaliado o atingimento dos indicadores pactuados no Anexo III do 6º Termo Aditivo - TA, desenvolvidos a partir do plano de Ação 2012, pactuado no Anexo I do mesmo TA. Desta forma, procurou-se com esse documento, apresentar e realizado pelo Centro em 2012 e, acreditamos, facilitar o trabalho da CA em encontrar as informações que permitam a esta avaliar se o pactuado no Anexo III foi efetivamente realizado nos prazos estabelecidos, de forma a poder ser atribuída, com base nos pesos pactuados, uma Nota Final ao CGEE quanto ao cumprimento do Contrato de Gestão em 2012.

Esperamos que este documento seja útil para o trabalho da Comissão de Avaliação. A direção do Centro e seus empregados permanecem ao inteiro dispor da CA para, a qualquer momento, acrescentar pessoalmente informações que facilitem a tarefa da Comissão.

Mariano Francisco Laplane

Sumário Executivo

No ano de 2012 o CGEE enfrentou um conjunto de desafios para levar adiante o Plano de Ação – 2012 do Contrato de Gestão, conforme descrito no Anexo I do seu 6º Termo Aditivo. Dentre estes, destacam-se:

- A nomeação de um novo Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação, assim como também de novos Secretários na SETEC e na SECIS, o que impactou o andamento dos trabalhos. Em vários casos, foi preciso redefinir os objetivos e o escopo dos trabalhos em andamento para adequá-los às prioridades estabelecidas pelas novas autoridades.
- A substituição de autoridades e o quadro de fortes restrições orçamentárias que se configurava no primeiro semestre impactaram, também, o macroprocesso de definição da agenda de trabalho anual, provocando forte atraso na elaboração do Termo Aditivo que deveria estabelecer o plano de ação para o ano 2012, em especial para o seu segundo semestre. Em função das limitações de recursos orçamentários o plano de ação teve que ser desdobrado em dois Termos Aditivos, assinados respectivamente, nos meses de novembro e dezembro de 2012.
- Não obstante a demora na assinatura dos Termos Aditivos, o CGEE deu início, por solicitação do MCTI, a alguns trabalhos que não podiam ser adiados. Cabe registrar que a realização desses trabalhos, assim como a manutenção do funcionamento do Centro ao longo do ano de 2012 praticamente exauriram a Reserva Técnica do CGEE, uma vez que não houve entrada de recursos até depois da assinatura dos Termos Aditivos ao final do ano.
- A complexidade e o carácter sensível de algumas das iniciativas contempladas no plano de ação constituíram uma fonte adicional de desafios para o CGEE ao longo de 2012.
 - A alta complexidade técnica, o componente de risco inerente a qualquer atividade de pesquisa e desenvolvimento, assim como as inevitáveis dificuldades na implantação de sistemas inovadores de gestão de processos, provocaram mudanças no cronograma e sucessivos adiamentos dos prazos de conclusão de alguns componentes da Plataforma Aquarius.
 - A dificuldade para estabelecer a necessária complementaridade entre as várias iniciativas desenvolvidas no MCTI e a contribuição específica do CGEE para a elaboração de um Plano de CTI para a Amazônia, também foi desafiadora e obrigou a sucessivas redefinições de objetivos e prazos.
 - A elaboração simultânea de Diretrizes para todos os Fundos Setoriais constitui um enorme desafio. A articulação dos diversos atores e dos interesses envolvidos na gestão dos Fundos foi extremamente demorada e provocou também readequações de prazos e a revisão da metodologia originalmente desenvolvida pelo CGEE.

- A redefinição dos objetivos e da forma da contribuição do CGEE para o processo de realinhamento das Unidades de Pesquisa do MCTI tornou muito difícil o desenvolvimento deste trabalho conforme inicialmente planejado e exigiu uma mudança profunda da metodologia inicialmente estabelecida.
- O aprimoramento da metodologia de avaliação e acompanhamento, desenvolvido em conjunto com a Comissão de Avaliação, representou também um desafio importante ao longo de 2012. O processo demandou a contratação de consultores e sucessivas reuniões de trabalho ao longo do segundo semestre. Apesar do esforço realizado pela Comissão de Avaliação e pelo CGEE não foi possível encerrar o ano de 2012 com a aprovação de uma nova metodologia de avaliação que leve em conta as dimensões quantitativas e qualitativas do trabalho desenvolvido pelo CGEE. Cabe ressaltar que aspectos essenciais para a avaliação do desempenho do CGEE, como por exemplo, o impacto na formulação de políticas públicas, a percepção dos demandantes e/ou dos segmentos do Sistema Nacional de CTI sobre os resultados do trabalho do CGEE, somente poderão ser adequadamente aferidos quando for pactuada e implementada uma nova metodologia que substitua a anterior. As informações complementares ao Relatório de Contrato de Gestão aqui apresentadas preenchem apenas parcialmente a lacuna de informações que resulta da indefinição atual sobre a nova metodologia.

Não obstante as tensões resultantes dos desafios acima listados, o Relatório do Contrato de Gestão de 2012 e este documento de informações complementares, mostram, claramente, que foi possível atingir todas as metas pactuadas para o período. O Conselho de Administração do CGEE em reunião realizada no último mês de fevereiro aprovou o mencionado Relatório por unanimidade, com registro em ata do reconhecimento do Conselho pelo esforço realizado pelo Centro num ano marcado por dificuldades.

Dificuldades à parte, o ano de 2012 configurou-se como um período extremamente produtivo, com forte aprendizado e fortalecimento institucional. Além de atender aos compromissos do Contrato de Gestão, foram levadas adiante iniciativas importantes para o desenvolvimento institucional como, por exemplo: a reconfiguração das novas equipes técnicas, a instituição das assim chamadas “Atividades”, a criação das bases da função Observatório em CTI, a implantação da Unidade de Projetos, o fortalecimento da área de Recursos Humanos, a constituição de grupos de trabalho internos para avaliação do 4º Termo Aditivo, da Política de Comunicação e do Perfil dos Consultores. Foi também atualizado o Regulamento de Aquisição de Bens e Serviços, elaborada a Política de Capacitação de Recursos Humanos e teve início o processo de definição da Política de Publicações. Em 2012 foram realizados avanços importantes na internacionalização do Centro com a assinatura de Acordos de Cooperação com instituições da Argentina (Ministério de Ciência, Tecnologia e Innovación Productiva e Consejo Nacional de Investigaciones Científicas e Tecnológicas), da Coreia (Korean Institute of S&T Evaluation and Planning-KISTEP) e com a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), das Nações Unidas.

Síntese dos Resultados do Exercício de 2012

O 6º Termo Aditivo, seguindo orientação do Conselho de Administração, incorporou uma inovação na maneira de organizar os trabalhos desenvolvidos no Centro. O número de “Atividades” foi ampliado com o objetivo de dar continuidade às iniciativas que, pela sua complexidade, demandavam esforços mais demorados de desenvolvimento cumulativo de competências.

Assim, além das que constavam em Termos Aditivos anteriores (Notas Técnicas, Reuniões de Especialistas, Participação em Eventos de Disseminação de Informação em CT&I e Produção e Disseminação de Informação), foram também pactuadas no 6º Termo Aditivo as seguintes “Atividades”: Recursos Humanos em CT&I, Indicadores de Inovação, Inserção do CGEE em Agendas Internacionais, Desenvolvimento e Atualização de Plataformas Eletrônicas em CT&I, Observatório em CT&I e Desenvolvimento de Competências e Ferramentas em Prospecção, Avaliação Estratégica, Gestão da Informação e Conhecimento.

As Linhas de Ação passaram, dessa forma, a combinar as “Atividades” com iniciativas de menor duração, tradicionalmente denominadas “Subações”. Foram pactuadas, portanto, metas relativas às “Subações” e metas relativas a “Atividades” em cada “Linha de Ação”. Cabe registrar que no caso das “Atividades” em alguns casos foram pactuadas mais de uma meta, o que explica a discrepância entre o número de “Atividades” e de metas, nas tabelas apresentadas a seguir.

A posição geral em 31/12/2012 mostra que foram concluídas 23 das 43 “Subações” pactuadas. Dessa forma no final do ano existiam 20 “Subações” em andamento. Continuavam também em andamento as 10 “Atividades” acima listadas, embora tivessem sido atingidas as 14 metas pactuadas com prazo de término em 31 de dezembro de 2012.

Subações		Atividades	
Total		Total	10
Pactuadas (31/12)	43	Metas pactuadas no 6º TA (31/12)	14
Concluídas (Até 31/12)	23	Metas atingidas (Até 31/12)	14
Andamento	20	Atividades em andamento	10

As tabelas a seguir apresentam o balanço de metas pactuadas e atingidas nas “Subações” e nas “Atividades”, por Linha de Ação do Contrato de Gestão e comprovam que foram atingidas e, em alguns casos, ultrapassadas as metas estabelecidas no Anexo III do 6º Termo Aditivo.

Linha de Ação 1: Estudos, Análises e Avaliações

Subações		Atividades	
Total	28	Total de atividades	02
Pactuadas (31/12)	14	Metas pactuadas (31/12)	02
Concluídas (Até 31/12)	16	Metas atingidas (Até 31/12)	02
Andamento	12	Atividades em andamento	02

Linha de Ação 2: Articulação

Subações		Atividades	
Total	02	Total de atividades	01
Pactuadas (31/12)	01	Metas pactuadas (31/12)	01
Concluídas (Até 31/12)	01	Metas atingidas (Até 31/12)	01
Andamento	01	Atividades em andamento	01

Linha de Ação 3: Apoio Técnico à Gestão Estratégica do SNCTI

Subações		Atividades	
Total	11	Total de atividades	03
Pactuadas (31/12)	04	Metas pactuadas (31/12)	03
Concluídas (Até 31/12)	05	Metas atingidas (Até 31/12)	03
Andamento	06	Atividades em andamento	03

Linha de Ação 4: Disseminação da Informação em CT&I

Atividades	
Total	02
Metas pactuadas (31/12)	03
Metas atingidas (Até 31/12)	03
Atividades em andamento	02

Linha de Ação 5: Desenvolvimento institucional

Subações		Atividades	
Total	02	Total	02
Pactuadas (31/12)	01	Metas pactuadas (31/12)	05
Concluídas (Até 31/12)	01	Concluídas (Até 31/12)	05
Andamento	01	Andamento	02

Quadro síntese do atingimento das metas pactuadas nas cinco Linhas de Ação

Linha de Ação 1: Estudos, Análises e Avaliações

Subações e Atividades	Situação	Atingimento de Meta	Termo Aditivo de origem						Valor originalmente previsto	Aportes adicionais em 2012	Dotação (*)	Valor executado no período de 01/01/2012 a 31/12/2012	Demandante	Necessidade de Prorrogação
			1º	2º	3º	4º	5º	6º						
Metas: Peso 4,5 - Concluir 14 (quatorze) subações nesta Linha de Ação (peso 4) - Atualizar e disponibilizar eletronicamente dados estatísticos referentes aos mestres e doutores no Brasil Censo 2012 (peso 0,25) - Implantar sala de situação nas dependências do CGEE, de acesso restrito, para manipulação de dados e produção de indicadores de inovação (peso 0,25)														
Avaliação do Programa Institutos Nacionais de C&T-INCTs - Etapa III	Em andamento							250.000,00	200.000,00	381.017,38	261.413,72	CNPq	Não	
Fármacos: investimentos estratégicos em CT&I e balança comercial	Concluída (1)							200.000,00		189.786,48	98.843,00	MCTI		
Plano estratégico de software e fomento ao software livre	Concluída (2)							350.000,00		328.419,50	312.031,17	SEPIN/ MCTI		
Agendas de CT&I em cadeias produtivas selecionadas	Concluída (3)							200.000,00		195.782,78	199.705,15	Prefeitura de Recife/PE		
Roadmap tecnológico para a produção e uso limpo do carvão mineral brasileiro	Concluída (4)							300.000,00		292.676,45	233.658,54	SETEC / MCTI		
Dinâmica de inovação nas empresas industriais brasileiras	Concluída (5)							200.000,00		197.367,48	151.978,45	SEEXEC / MCTI e CEPAL		
Saúde e Inovação: territorialização do complexo econômico-industrial da saúde	Concluída (6)							600.000,00		600.000,00	591.689,78	MCTI		
Agendas Tecnológicas Setoriais	Em andamento							500.000,00	500.000,00	1.000.000,00	345.651,27	ABDI	Não	
Revisão da Legislação Brasileira sobre Propriedade Intelectual	Concluída (7)							350.000,00		350.000,00	397.138,06	MCTI		
Caracterização de empresas em sistemas estruturados de inovação	Em andamento							200.000,00		200.000,00	0,00	Direção do CGEE e MEI/ CNI	Não	
Plataformas tecnológicas para fármacos: articulação empresarial com o SNCTI	Em andamento							200.000,00		200.000,00	0,00	MCTI	Não	
Programa demonstrativo para inovação em cadeia produtiva selecionada	Em andamento							200.000,00		200.000,00	0,00	MCTI	Não	
Sistema Financeiro Nacional e financiamento à inovação: Análise de padrões com destaque para fontes privadas – Etapa II	Em andamento							150.000,00		150.000,00	460,00	SEEXEC / MCTI	Não	
Diretrizes Estratégicas para os Fundos Setoriais	Em andamento							500.000,00	500.000,00	1.000.000,00	76.047,04	MCTI	Não	
Sustentabilidade e sustentação da produção de alimentos – O papel do Brasil no cenário global - Etapa II	Em andamento							500.000,00		481.118,25	779.407,54	CGEE e Conselho de Administração	Não	
Desafios e estratégias para a inclusão digital: subsídios para o Programa Nacional de Banda Larga	Concluída (8)							200.000,00		200.000,00	110.726,06	SECIS / MCTI		
Eficiência energética: desenvolvimento de agendas tecnológicas em temas selecionados	Concluída (9)							200.000,00		197.137,17	138.589,45	SETEC / MCTI		
Economia verde: propostas para uma agenda brasileira	Concluída (10)							400.000,00		350.219,67	353.795,41	CGEE e SEPED / MCTI		
Temas centrais para participação brasileira na Rio + 20 (Desertificação - Biodiversidade - Clima)	Concluída (11)							300.000,00		-20.465,37	217.408,37	SEPED / MCTI		
Redes de Inovação: estratégias de agregação de valor a produtos da biodiversidade	Concluída (12)							250.000,00		247.080,24	110.652,05	SEPED / MCTI		
Estudos de usos e aplicações de Terras Raras	Concluída (13)							100.000,00		100.000,00	96.915,90	SETEC / MCTI		
Mapeamento de competências em tecnologias assistivas	Concluída (14)							150.000,00		142.996,85	72.925,71	SECIS / MCTI		
Subsídios em CT&I para uma Política de Segurança no Trânsito	Concluída (15)							150.000,00		146.969,45	87.049,16	MCTI		
Centro de altos estudos para o Brasil século XXI	Concluída (16)							600.000,00		600.000,00	464.421,91	MCTI		
Sistema de observação e detecção dos impactos das mudanças climáticas	Em andamento							150.000,00		150.000,00	0,00	SEPED / MCTI	Não	
Recursos Materiais e Humanos para o Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE)	Em andamento							300.000,00		300.000,00	70.185,86	MCTI	Não	
Tecnologia Assistiva - criação de modelo para implantação de centros integrados de solução em saúde	Em andamento							150.000,00		150.000,00	0,00	SECIS / MCTI	Não	
Avaliação do Programa Ciência sem Fronteiras	Em andamento							300.000,00		300.000,00	0,00	CNPq	Não	
Atividade - Recursos Humanos para CT&I	Em andamento	Dados estatísticos referentes aos mestres e doutores no Brasil Censo 2012 disponibilizados						500.000,00		500.000,00	228.456,94	CGEE e Conselho de Administração	Não	
Atividade - Indicadores de Inovação	Em andamento	Sala de situação, para manipulação de dados e produção de indicadores de inovação, implantada						300.000,00		300.000,00	50.198,95	CGEE e Conselho de Administração	Não	
SUBTOTAL										9.430.106,33	5.449.349,49			
Legenda														
(*) Orçamento disponível para a subação ou atividade no ano de 2012														

Linha de Ação 2: Articulação

Subações e Atividades	Situação	Atingimento de Meta	Termo Aditivo de origem						Valor originalmente previsto	Aportes adicionais em 2012	Dotação (*)	Valor executado no período de 01/01/2012 a 31/12/2012	Demandante	Necessidade de Prorrogação
			1º	2º	3º	4º	5º	6º						
Metas: Peso 0,5 - Concluir 01 (uma) subação nesta Linha de Ação (peso 0,25) - Elaborar documento "Economia verde para o desenvolvimento sustentável" (peso 0,25)														
Agendas estratégicas de CT&I globais	Concluída (1)							500.000,00	400.000,00	890.887,55	584.345,62	MCTI e Conselho de Administração		
Integração Latino Americana: Parcerias Estratégicas em CT&I	Em andamento							400.000,00		400.000,00	43.479,08	SEXEC / MCTI	Não	
Atividade - Inserção do CGEE em agendas internacionais	Em andamento	Documento "Economia verde para o desenvolvimento sustentável" elaborado, editado e distribuído						300.000,00		300.000,00	0,00	CGEE e Conselho de Administração	Não	
SUBTOTAL										1.590.887,55	627.824,70			
Legenda (*) Orçamento disponível para a subação ou atividade no ano de 2012														

Linha de Ação 3: Apoio Técnico à Gestão Estratégica do SNCT&I

Subações e Atividades	Situação	Atendimento de Meta	Termo Aditivo de origem						Valor originalmente previsto	Aportes adicionais em 2012	Dotação (*)	Valor executado no período de 01/01/2012 a 31/12/2012	Demandante	Necessidade de Prorrogação
			1º	2º	3º	4º	5º	6º						
Metas: Peso 2,75 - Concluir 04 (quatro) subações nesta Linha de Ação (peso 2,15) - Estruturar o Escritório de Projetos de Gestão da Informação (peso 0,2) - Elaborar três Notas Técnicas (peso 0,2) - Realizar 03 (três) reuniões de especialistas (peso 0,2)														
Atividade - Notas Técnicas	Em andamento	Elaboradas 04 (quatro) Notas Técnicas							200.000,00		200.000,00	166.607,11	CGEE	
Atividade - Reuniões de Especialistas	Em andamento	Realizadas 8 (oito) reuniões de especialistas							200.000,00		200.000,00	112.651,35	CGEE	
Rede de temas estratégicos para o desenvolvimento brasileiro	Concluída (1)								250.000,00		222.580,73	172.904,84	MCTI	
Desenvolvimentos Incrementais do Portal Inovação (Ambientes NIT, Recorte Biotecnologia (PDP) e Sibratex]	Concluída (2)								250.000,00		185.703,70	759.700,69	ABDI e SEXEC / MCTI	
Gestão Estratégica da Informação em CT&I - Plataforma Aquarius	Concluída (3)								6.000.000,00		4.491.725,35	5.230.508,07	Ministro Mercadante e SEXEC / MCTI	
Atividade - Desenvolvimento e atualização de plataformas eletrônicas em CT&I	Em andamento	Escritório de Projetos de Gestão da Informação estruturado							850.000,00	3.000.000,00	3.850.000,00	160.244,36	CGEE e Conselho de Administração	Não
Fortalecimento e consolidação dos Institutos de Pesquisa do MCTI	Concluída (4)								350.000,00		350.000,00	0,00	SCUP / MCTI	
Reposicionamento estratégico do Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA	Em andamento								1.000.000,00	500.000,00	1.500.000,00	1.584.882,78	ITA	Não
Transformação do Sistema de Ciência e Tecnologia do Exército Brasileiro	Em andamento								500.000,00	500.000,00	1.000.000,00	2.760,00	Comando do Exército Brasileiro	Não
Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento da Amazônia Legal	Em andamento								500.000,00		500.000,00	20.236,30	CONSECT e CONFAP	Não
Estruturação de Foro de Discussão de Temas para o Desenvolvimento Brasileiro - Aspectos econômicos e sociais	Em andamento								300.000,00		300.000,00	0,00	SEXEC / MCTI	Não
2ª Reunião do Conselho das Nações Unidas para o Combate à Desertificação - UNCCD	Em andamento								600.000,00		600.000,00	22.891,59	CGEE / Conselho de Administração / SEPED / MCTI / MMA / MRE	Não
Subsídios técnicos para o Foro Mundial de Ciência	Em andamento								500.000,00		500.000,00	67.141,76	SEXEC / MCTI	Não
Subsídios técnicos para o CCT	Concluída (5)								150.000,00		150.000,00	12.136,02	MCTI e Conselho de Administração	
SUBTOTAL											14.050.009,78	8.312.664,87		
Legenda														
(*) Orçamento disponível para a subação ou atividade no ano de 2012														

Linha de Ação 4: Disseminação da Informação em CT&I

Subações e Atividades	Situação	Atingimento de Meta	Termo Aditivo de origem						Valor originalmente previsto	Aportes adicionais em 2012	Dotação (*)	Valor executado no período de 01/01/2012 a 31/12/2012	Demandante	Necessidade de Prorrogação
			1º	2º	3º	4º	5º	6º						
Metas: Peso 0,75 - Participar institucionalmente de 02 (dois) eventos de disseminação da informação em CT&I (peso 0,25) - Editar e distribuir 02 (dois) números da revista Parcerias Estratégicas (peso 0,25) - Editar e distribuir 07 (sete) publicações associadas aos estudos conduzidos pelo CGEE (peso 0,25)														
Atividade - Participação em eventos de disseminação da informação em CT&I	Em andamento	Participação em 03 (três) eventos de disseminação da informação em CT&I						100.000,00		100.000,00	18.010,56	CGEE		
Atividade - Produção e disseminação de informação	Em andamento	1. Edição e distribuição de 08 (oito) publicações 2. Edição e distribuição do nº 34 revista Parcerias Estratégicas e edição do nº 35 (distribuição em 2013)						300.000,00		300.000,00	206.757,48	CGEE e Conselho de Administração		
SUBTOTAL										400.000,00	224.768,04			
Legenda														
(*) Orçamento disponível para a subação ou atividade no ano de 2012														

Linha de Ação 5: Desenvolvimento Institucional

Subações e Atividades	Situação	Atingimento de Meta	Termo Aditivo de origem						Valor originalmente previsto	Aportes adicionais em 2012	Dotação (R\$)	Valor executado no período de 01/01/2012 a 31/12/2012	Demandante	Necessidade de Prorrogação
			1º	2º	3º	4º	5º	6º						
Metas: Peso 1,5 - Elaborar documento que sintetize a estrutura de atuação do Observatório em Ciência, Tecnologia e Inovação, considerando: o ferramental de captura e análise de informação; o escopo de observação; o perfil da equipe; e o formato e periodicidade de produtos (peso 0,1) - Realizar dois seminários: um sobre o emprego de cenários em estudos relacionados com a natureza dos projetos conduzidos pelo Centro; e outro sobre o emprego de metodologias em ciétiometria aplicadas à avaliação em CT&I (peso 0,1) - Concluir o mapeamento de instituições que atuam nas áreas de estudos de futuro e de avaliação estratégica (peso 0,1) - Elaborar documento referencial de orientação para as atividades de avaliação estratégica conduzidas pelo CGEE (peso 0,1) - Identificar e adquirir base de dados de pesquisas de mercado para apoio à condução de diagnósticos e estudos de tendências setoriais e temáticos de interesse para o CGEE (peso 0,1) - Concluir a subação de Aprimoramento da Sistemática de Avaliação do Contrato de Gestão (peso 1)														
Atividade - Observatório em Ciência, Tecnologia e Inovação	Em andamento	Documento síntese da estrutura do Observatório em CT&I elaborado							200.000,00		200.000,00	0,00	CGEE e Conselho de Administração	Não
Atividade - Desenvolvimento de competências e ferramentas em prospecção, avaliação estratégica, gestão da informação e do conhecimento	Em andamento	1. Dois seminários metodológicos realizados 2. Mapeamento de instituições concluído 3. Documento referencial de orientação elaborado 4. Base de dados identificadas e adquiridas							400.000,00		400.000,00	145.276,56	CGEE e Conselho de Administração	Não
Modernização dos sistemas de informações gerenciais do CGEE	Em andamento								300.000,00		300.000,00	0,00	CGEE	Não
Aprimoramento da sistemática de avaliação do Contrato de Gestão	Concluída (1)								200.000,00		200.000,00	90.000,00	SCUP / MCTI	
SUBTOTAL											1.100.000,00	235.276,56		
T O T A L											26.571.003,66	14.849.883,66		
Legenda														
(*) Orçamento disponível para a subação ou atividade no ano de 2012														

Destaques em 2012 da Linha de Ação 1 - Estudos, Análises e Avaliações

Meta: Concluir 14 (quatorze) subações

Prazo: 31/12/2012

Peso: 4

Na linha de ação “Estudos, Análises e Avaliações” o Centro concluiu 16 subações, duas a mais que as 14 pactuadas para o período. Além disso, duas metas especificadas no Contrato de Gestão para essa linha foram também atendidas: 1) a disponibilização eletrônica, no sítio do CGEE, dos dados estatísticos dos mestres e doutores titulados no Brasil; e 2) a implantação da sala de situação, de acesso restrito, para manuseio das bases de dados necessárias para a formulação de indicadores de inovação.

Das subações concluídas, cabe destacar aquelas que apresentaram maior impacto e contaram com boa acolhida entre os demandantes e interessados.

Uma subação que ganhou elogios explícitos foi a do “Plano de software e fomento ao software livre” primeiro plano dedicado a esse setor das Tecnologias da Informação. O CGEE contribuiu, de forma direta, para o que viria a ser o Plano “TI Maior”, lançado pelo MCTI, com grande repercussão na mídia e na comunidade envolvida, tendo mobilizado um conjunto expressivo de pesquisadores em áreas de destaque, como computação em nuvem, computação ubíqua, mercado de software em áreas estratégicas (saúde, petróleo e gás e grandes eventos esportivos, dentre outras) software livre e outros.

O Centro também fez duas contribuições destacadas para apoiar o aproveitamento de recursos minerais estratégicos para o País. A subação “Roadmap tecnológico para a produção e uso limpo do carvão mineral brasileiro”, analisou vias inovadoras de exploração desse mineral, aprofundando conhecimentos sobre as aplicações na indústria siderúrgica, na geração de energia termoeletrica e na carboquímica. O outro estudo, “Usos e Aplicações de Terras Raras” focalizou a situação desse setor, no país e no exterior, incluindo as reservas dos minerais, os recursos humanos e a infraestrutura disponíveis, propondo alguns cenários para subsidiar a definição de políticas e ações do País no setor.

Duas subações foram inscritas no Contrato de Gestão para apoiar as iniciativas na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20: “Economia Verde: propostas para uma agenda brasileira”, dedicada a tratar do tema central da Conferência, e “Temas centrais para a participação brasileira na Rio+20”, dirigida ao apoio às contribuições brasileiras e à exploração de agendas especiais nas quais o Centro detinha conhecimentos acumulados. As contribuições do CGEE foram acompanhadas com interesse pelas instituições brasileiras, como o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério do Meio Ambiente e também pela própria UNCSO, que coordenava a Conferência. Isso se refletiu na aceitação da

proposta de realização de dois eventos do CGEE no programa oficial (um sobre a consulta comparada internacional relacionada ao tema da Economia Verde e outro sobre o tema das Terras Secas) e no interesse pelos materiais que o Centro disponibilizou para seus participantes.

O Centro conduziu ainda, dentro do seu calendário de subações relacionado à Rio + 20, o lançamento do acordo tripartite Brasil, França e África, firmado entre o CNPq, o IRD e a Agência Panafricana do Programa da Grande Muralha Verde, que objetiva desenvolver pesquisas de interesse daquele continente no tema do desenvolvimento das terras secas e combate à desertificação. O evento, realizado no pavilhão brasileiro na Rio + 20, contou com a presença do Presidente do Tchad, dos ministros Marco Antonio Raupp da CT&I, Fernando Bezerra, da Integração Nacional e Miriam Belchior, do Planejamento, além de vários ministros africanos e outras autoridades desses países.

O CGEE desenvolveu também, nessa etapa, a proposta de estruturação de um Centro de Altos Estudos no Brasil cuja demanda originou-se em sugestão dos ministros Aloizio Mercadante, hoje na Educação, e Marco Antonio Raupp, da CT&I, e contaram com o apoio e parceria da Cepal e dos Institutos de Economia da Unicamp e da UFRJ. A subação “Centro de Alto Estudos Brasil Século XXI” é de inegável complexidade e potencial de impacto. Em 2012, as atividades envolvidas permitiram movimentar um conjunto expressivo de intelectuais brasileiros em torno a seminários e estudos de temas de relevo para o desenho de estratégias de desenvolvimento do País, e envolveram a construção do site próprio em torno do qual se articulam suas principais ações.

Acompanhando larga tradição de contribuições do CGEE, a subação “Eficiência energética: desenvolvimento de agendas tecnológicas em temas selecionados” organizou um elenco de ações de CT&I para dois segmentos da indústria nacional: Papel e Celulose e Edificações. Ao final ofereceu um conjunto de recomendações para o aumento da competitividade setorial, dando suporte as iniciativas que o País vem desencadeando no interesse de programas de governo, como o “Minha Casa , Minha Vida”, e da realização de grandes eventos esportivos, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

A atividade “Recursos Humanos para CT&I”, em suas metas estipuladas para 2012, resultou numa contribuição importante ao debate sobre a pós-graduação no País, com a finalização do livro “Mestres 2012: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira”. Como feito anteriormente para o doutorado (“Doutores 2010”), a análise relativa aos mestres descortinou todo o rico cenário da inserção social desse segmento da população, mostrando, por exemplo, seu amplo encaixe nas atividades produtivas do País (mais acentuado que o dos doutores). Os perfis por gênero e cor ou raça mostraram ainda dimensões pouco percebidas do contingente dos mestres, como o predomínio, maior que na população total, dos que se declaram “brancos”. O livro recém-lançado foi recebido com avidéz pelos interlocutores da área.

Por fim, merecem registro algumas subações, não propriamente integrantes da lista de concluídas, por seu significado para o SNCTI: “Apoio ao CCT”, “Fórum Mundial de Ciência” e “Agendas Tecnológicas Setoriais”. Na primeira, foram apoiados vários trabalhos das Comissões do CCT, alguns dos quais foram relatados na reunião de fevereiro, presidida pela Presidente da República Dilma Rousseff; no segundo, foram realizados quatro dos sete eventos preparatórios para o Fórum Mundial previsto para novembro do corrente ano. Na última, em consonância com as prioridades do Plano Brasil Maior e da ENCTI, o Centro desenvolveu, em apoio à ABDI, os passos fundamentais para a definição de agendas estratégicas nos setores de Petróleo e Gás, Automotivo, Químico, de TIC, de Defesa, Espacial e de Saúde.

Informações sobre as subações concluídas na Linha de Ação 1

51.50.1 Fármacos: investimentos estratégicos em CT&I e balança comercial

O objetivo geral desta subação foi o de avaliar fatores condicionantes da dinâmica inovativa e competitiva do setor de fármacos, visando substituir importações e aumentar a capacidade de empresas nacionais atenderem as necessidades do mercado doméstico, particularmente as demandas do SUS.

Os objetivos específicos detalhados para o termos de referência desta subação foram: (a) identificar e hierarquizar fármacos estratégicos por sua importância na balança comercial, no grau de dependência do mercado doméstico, e na segurança da saúde pública; (b) analisar as características da estrutura industrial e das estratégias competitivas e tecnológicas adotadas pelas empresas do setor de fármacos; (c) avaliar o impacto do arcabouço institucional e do marco regulatório no sentido de promover ou limitar a capacitação tecnológica e inserção competitiva de empresas nacionais de fármacos e medicamentos; (d) avaliar os aspectos positivos e negativos das políticas públicas para a consolidação das empresas do setor, com ênfase nas ações e instrumentos relacionados com a as políticas industrial e de ciência, tecnologia e inovação (Plano Brasil Maior e ENCTI).

Esta subação teve início em outubro de 2011, sendo que no último trimestre deste ano foram realizadas ações de planejamento dos trabalhos, contratada consultoria para o estudo e preparado um documento contendo o panorama da balança comercial de fármacos no País.

O presente estudo foi uma demanda da Secretaria Executiva - SECEX do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação na gestão do Ministro Aloizio Mercadante e pretende sistematizar informações sobre as principais questões envolvidas no equacionamento desses problemas e apresentar recomendações gerais sobre as rotas possíveis para sua superação.

O detalhamento de questões críticas para o desenvolvimento do estudo foi trabalhada na primeira oficina da subação, realizada em 29 de fevereiro de 2012. Participaram dessa oficina 25 especialistas. A partir do material colhido na oficina foi elaborado um roteiro de perguntas para ser trabalhado em entrevistas com laboratórios públicos e privados. O resultado das entrevistas e de outras fontes de investigação permitiu elaborar notas técnicas relativas a três

temas, a saber: i) Balança Comercial; ii) Restrições e Potencialidades para Expansão da Produção Doméstica de Fármacos Estratégicos; e iii) Nichos Prioritários para o Desenvolvimento de Fármacos e Medicamentos no País.

O conteúdo dessas notas técnicas foi sintetizado em um documento que foi apresentado e serviu de subsídios à reunião de especialistas em diferentes temas e representantes de diversas entidades/segmentos sociais. Essa reunião, realizada em 6 de junho de 2012, gerou um conjunto de sugestões e recomendações, que permitiu refinar o conhecimento compilado pelas três notas técnicas e consolidar o relatório final da subação.

Este estudo se originou em preocupações relacionadas com a desarticulação da produção nacional e o crescente peso das importações de fármacos e medicamentos na balança comercial brasileira, compartilhadas entre o MCTI e o Ministério da Saúde.

Em 2010, o mercado farmacêutico brasileiro ocupava a 8ª posição no ranking mundial da indústria farmacêutica e respondia por um faturamento de R\$ 36,25 bilhões. Apesar do claro predomínio das grandes empresas multinacionais, verificou-se, ao longo das últimas décadas, um aumento considerável na participação de empresas nacionais no mercado farmacêutico brasileiro. Tal fenômeno esteve particularmente associado à consolidação do segmento de medicamentos genéricos no País e representou um importante ponto de inflexão na trajetória de crescimento da indústria farmacêutica nacional. Adicionalmente, o aumento sustentado nos gastos públicos com saúde no Brasil no decorrer dos últimos anos tem representado um importante fator de estímulo à expansão dos investimentos nos diferentes segmentos que integram o Complexo Econômico Industrial da Saúde. Apesar disso, a situação de desequilíbrio estrutural da balança comercial relativa aos segmentos mais intensivos em conhecimentos da indústria farmacêutica tendeu a se ampliar.

Não obstante o fato de a indústria farmacêutica nacional responder por cerca de 80% dos medicamentos consumidos no País, estima-se que cerca de 82% dos insumos farmoquímicos utilizados na fabricação desses medicamentos ainda sejam importados. A análise da evolução na participação do setor de fabricação de insumos farmoquímicos na produção, faturamento e emprego industrial do setor farmacêutico, no decorrer da última década, aponta para a gradativa, mas persistente redução na importância relativa deste segmento no conjunto da indústria farmacêutica brasileira.

Tal redução também esteve associada com a queda no tamanho médio das empresas farmoquímicas e com a diminuição nos níveis de produtividade a partir da década de 2000. Dessa forma, o hiato entre a escala de produção do segmento de medicamentos e de insumos farmoquímicos foi consideravelmente ampliado ao longo da última década.

As principais contribuições deste estudo foram: i) a sistematização das restrições e potencialidades relacionadas com a base produtiva, com a capacitação e infraestrutura científico-tecnológica e com o marco regulatório vigente para o desenvolvimento do setor; e ii)

a identificação de nichos prioritários e janelas de oportunidade para o desenvolvimento da produção de fármacos e a formulação de recomendações gerais de política.

O estudo, além de recomendações gerais de política, reforçou percepções já colocadas no debate sobre a natureza e relevância dos problemas que afetam o desenvolvimento da indústria de base química e biotecnológica da saúde, especialmente no que se refere aos gargalos que o país ainda apresenta em áreas estratégicas como a biologia molecular, bioinformática e bioimagem, nanobiotecnologia, ciências de materiais e sistemas de informação de alto desempenho. Nessa perspectiva, impacto potencial da subação é relevante, embora sua plena materialização dependa de um considerável esforço de articulação e coordenação das instituições envolvidas no processo de desenvolvimento de competências nessas áreas.

Além das notas técnicas já mencionadas, o principal produto gerado pelo estudo foi um relatório consolidado contendo sugestões para formulação e implementação de políticas e de propostas para aprofundamento das questões identificadas.

51.50.2 Plano estratégico de software e fomento ao software livre

A subação objetivou traçar uma estratégia para indústria brasileira de software e serviços de tecnologia da informação, por meio da elaboração de um plano para o setor. A elaboração de um plano foi uma demanda direta da Secretaria de Política de Informática (SEPIN) do MCTI, que interagiu com o CGEE constantemente ao longo de todo o processo e, ao final, demonstrou sua satisfação sobre o que foi realizado. No decorrer da execução da subação, a SEPIN decidiu por não fazer mais um plano, mas um programa estratégico, batizado de “Programa Estratégico de Software e Serviços de TI: TI Maior”.

A participação do CGEE concentrou-se mais na geração de subsídios técnicos, realização de diagnósticos e na organização do processo de discussão dos materiais produzidos para cada setor contemplado. O programa foi montado com análises específicas de cada um dos setores estratégicos considerados: Petróleo e Gás, Telecomunicações, Energia Elétrica, Sistema Financeiro, Saúde e Grandes Eventos. Além disso, foram abordados temas especiais: Tecnologias Disruptivas (Computação em Nuvem e Computação Ubíqua), Tributação Internacional e Software Livre.

O grupo de consultores mobilizados pelo CGEE foi antes discutido e acertado com o MCTI. O Centro buscou privilegiar profissionais de diversas partes do país com experiência nos setores empresarial, público e acadêmico, conforme a natureza do tema ou setores abordados. Com o apoio desses profissionais, o CGEE organizou um processo trabalho para o desenvolvimento de notas técnicas com conteúdos mínimos comuns, com vistas a assegurar os elementos substantivos que deveriam integrar o texto final do Programa. Uma parte dos setores e temas tratados foi conduzida diretamente pela SEPIN/MCTI. Outra parte substantiva dos temas e setores foi coordenada pelo CGEE. O Centro contribuiu destacadamente para a definição dos objetivos, diretrizes e metas e para a estruturação das estratégias do Programa, emprestando

suporte decisivo à tarefa da SEPIN/MCTI. Ao final, inclusive, o CGEE liderou a consolidação, publicação e divulgação dos documentos finais do Programa TI Maior.

A escolha do campo do software como prioridade para a Política de Informática do MCTI derivou, em parte, das análises de estudos anteriores que ressaltaram certas limitações da indústria de equipamentos e a potencialidade de se apoiar o segmento de software, seguindo tendências mundiais. Em especial, as tarefas de P&D e inovação poderiam ganhar maior consistência nesse segmento diante das menores barreiras à entrada nesses mercados e do caráter intangível dos seus produtos. O setor de TI é naturalmente o epicentro das transformações em curso na estrutura produtiva global, tendo repercussão ampla na economia de qualquer país.

O CGEE contribuiu de forma significativa ao processo de construção do Plano TI Maior, fato reconhecido expressamente pela SEPIN/MCTI. Além de ter mobilizado e conduzido o trabalho dos especialistas, o CGEE promoveu o constante intercâmbio entre eles, e ainda permitiu que fluísse o diálogo, em diversas ocasiões, com os outros atores e setores, como empresários ligados ao setor, membros de instituições de pesquisa, tomadores de decisão de diversas instâncias do governo, movimentos sociais, dentre outros.

O CGEE também ofereceu produtos adicionais, como a síntese técnica elaborada a partir das mais de 500 páginas geradas pelos consultores, que foi enviada ao Ministério para auxiliar na tomada de decisão estratégica sobre as ações que deveriam ser incluídas na versão final do Programa.

Por fim, cabe assinalar que o impacto da subação “Plano Estratégico de Software e Serviços de TI” é notável e pode ser verificada regularmente nas políticas implementadas desde o lançamento do Programa TI Maior, com destaque para o edital de apoio aos “start-ups” e os acordos recentes com as grandes empresas multinacionais, como a INTEL, MICROSOFT E FOXXCOM.

Listagem dos principais produtos finais:

1. A computação ubíqua e a mobilidade. Brasília: CGEE, 2012. 26p. [Nota técnica]
2. Computação na nuvem. Plano Estratégico de Software e Serviços de TI. Brasília: CGEE, 2012. 27p. [Nota técnica]
3. Mercado de software e serviços em TI na área da saúde. Plano Estratégico de Software e Serviços de TI. Brasília: CGEE, 2012. 47p. [Nota técnica]
4. Mercado de TI nos grandes eventos esportivos. Brasília: CGEE, 2012. 17p. [Nota técnica]
5. O mercado de software para a indústria do petróleo e gás. Brasília: CGEE, 2012. 53p. [Nota técnica]

6. Política pública de apoio ao desenvolvimento e uso de software livre. Brasília: CGEE, 2012. 17p. [Nota técnica]
7. Subsídios para a definição de políticas públicas para o desenvolvimento da indústria de computação na nuvem no Brasil. Brasília,: CGEE, 2012. 42p. [Nota técnica]
8. O segmento de software para o setor financeiro: políticas públicas e desenvolvimento. Brasília: CGEE, 2012. 41p.
9. Relatório final. Plano Estratégico de Software e Fomento ao Software Livre. Brasília: CGEE, 2012. 33p.
10. Tecnologias da informação e comunicação e energia elétrica. Brasília: CGEE, 2012. 33p.
11. Síntese dos *reference papers* – mercado de software no Brasil. Brasília: CGEE, 2012. 47p.
12. Software e serviços de TI para o Setor de Telecomunicações: subsídios para Plano Estratégico do Governo. Mercado de software em telecomunicações. Brasília: CGEE, 2012. 43p.
13. Análise da estratégia brasileira de tributação nas áreas de software e serviços de tecnologia em negociações internacionais. Brasília: CGEE, 2012. 43p.
14. TI Maior - Programa Estratégico de Software e Serviços de Tecnologia da Informação: 2012–2015. Brasília: MCTI, 2012. 44p.

51.50.3 Agendas de CT&I em cadeias produtivas selecionadas

Esta subação foi demandada ao MCTI, para inclusão no Contrato de Gestão mantido com o CGEE, pelo titular da então Secretaria de Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Município de Recife, em nome do Prefeito de Recife à ocasião, João da Costa.

Teve como objetivo geral o de contribuir para o processo de dinamização da economia do Município do Recife, por meio da identificação das oportunidades em inovação tecnológica dentro das principais cadeias produtivas da Cidade. Em continuidade ao Estudo sobre “Inovações tecnológicas em cadeias produtivas selecionadas: Oportunidade de negócios para o município de Recife”, findo em 2010, foi realizada a análise do macro ambiente de inovação para Recife e novos estudos sobre outras três cadeias produtivas relevantes para a economia do município, a saber: 1) Petróleo, Gás, Naval e Offshore; 2) Complexo da saúde e 3) Cadeia de logística. Dada a natureza de transversalidade sobre os setores priorizados, foi estudado, também, o segmento de Serviços Técnicos Especializados em Engenharia Consultiva. Os principais resultados obtidos são resumidos a seguir:

1. O estudo do complexo de Saúde mostrou que são inúmeras as oportunidades de negócio na cadeia da saúde do Recife. Destacou o reforço dos programas de formação e treinamento de

mão-de-obra, envolvendo, principalmente, pessoal de nível médio e a necessidade de articular os segmentos do setor saúde com os vários grupos de pesquisa existentes nas universidades e institutos de pesquisa locais;

2. O estudo do Setor de Logística mostrou que os elos da cadeia produtiva que apresentam maiores possibilidades para novos negócios estão associados ao tema sistema de informação e tecnologia da informação; serviço de suprimento de navios (shipchandler); e M.R.O - Manutenção, Reparos e Operações, além de operações de cabotagem e Integração do Siscomex;

3. Quanto ao segmento de Serviços Técnicos Especializados em Engenharia Consultiva, nota-se que Recife já é considerado um pólo em engenharia consultiva, sendo o mais importante do Norte e Nordeste, inclusive com competências mais amplas do que as encontradas em Salvador. Para aumentar a competitividade local é preciso que se promova uma atualização dos conceitos empregados pelas firmas existentes, além de buscar competências de forma a abranger outros segmentos ainda não cobertos pelas empresas locais, a exemplo dos setores naval, de petróleo e gás e metalúrgico; e

4. No caso do complexo Petróleo, Gás, Offshore, Naval, concluiu-se que Recife tem a vocação para uma cidade em que se produz conhecimento e que se valoriza na medida em que sejam promovidos maiores investimentos em atividades ligadas ao desenvolvimento de alta tecnologia apropriável por este setor.

Coube ao CGEE coordenar a realização da subação, do ponto de vista técnico-administrativo e, com o apoio de consultores especializados, definir e gerenciar a implementação da melhor abordagem metodológica para a realização dos estudos, destacando-se a necessidade de envolvimento direto de empresários locais e da alta direção da Secretaria envolvida no município de Recife nas principais atividades conduzidas.

A percepção dos resultados alcançados, por parte da Secretaria de Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Município de Recife foi muito positiva ao final dos trabalhos, diante das solicitações recorrentemente feitas à direção superior do MCTI e ao próprio CGEE para que trabalhos como os realizados para os sete setores prioritários tivessem continuidade e fossem estendidos para outros setores.

Dentre os diversos produtos obtidos, destacam-se:

1. Relatório técnico final: compreendendo consolidação de todos os conteúdos desenvolvidos pelo estudo, complementado pela formulação de proposta para criação de uma agenda de CTI do município do Recife para as cadeias abordadas e a redação do resumo executivo CGEE, 2012. 183 p
2. Relatório técnico do ambiente de inovação: contendo análise do panorama econômico do Recife e interpretação do ambiente de inovação do município com propostas preliminares de políticas e iniciativas para o desenvolvimento CGEE, 2012. 111 p.

51.50.4 Roadmap tecnológico para a produção e uso limpo do carvão mineral brasileiro

Esta subação teve o objetivo de construir subsídios para uma política pública quanto ao melhor aproveitamento do carvão mineral nacional, com horizontes em 2022 e 2035, alinhando, esses subsídios, às políticas existentes.

A análise das políticas, incluindo as projeções vislumbradas para 2022 e 2035, permitiu sintetizar diretrizes gerais na forma de respostas às seguintes questões fundamentais:

- Quais inovações e legislações seriam necessárias para que a trajetória de emissões do Brasil não repita o modelo e os padrões dos países que já se industrializaram.
- Quais as ações seriam necessárias para transformar o país em uma liderança mundial em tecnologia no setor carbonífero.
- Quais inovações seriam necessárias para que novos processos de produção e novos produtos tomassem lugar de forma economicamente viável e dentro da visão de economia verde.
- Quais desenvolvimentos tecnológicos e inovações seriam necessários à cadeia produtiva carbonífera, em especial para geração termelétrica, siderúrgica e carboquímica, visando aumentar a competitividade.

O Brasil possui uma das maiores reservas de carvão mineral do mundo; apenas 13 países dispõem de reservas maiores do que as nossas. Entretanto, esses mesmos 13 países são também os maiores produtores mundiais do minério, enquanto que a produção brasileira encontra-se apenas na 26ª posição. Ou seja, o Brasil é o único país possuidor de grandes reservas que não se encontra entre os maiores produtores mundiais de carvão mineral. Além disso, o recurso de carvão mineral nacional é expressivo também em termos energéticos. A quantidade de energia armazenada nos recursos de carvão é 3,5 vezes maior que a energia dos recursos petrolíferos nacionais.

Este estudo foi uma demanda do setor minero-carbonífero do Brasil, sob a coordenação da ABCM (Associação Brasileira do Carvão Mineral), na pessoa de seu presidente Fernando Zancan, e, em consonância, com representantes da Frente Parlamentar em Defesa do Carvão Mineral Nacional. Representa, ainda, subsídio ao MCTI/SETEC.

A demanda inicial do estudo trouxe apenas um tema-demanda: o traçado do roadmap do carvão nas usinas termelétrica. Contudo, o estudo entregou mais: o roadmap do carvão na carboquímica, e o roadmap do carvão na siderurgia brasileira. O CGEE agregou aos demandantes uma visão empresarial muito mais ampla e sustentável nas próximas décadas: a indústria carboquímica, representando um diferencial dos concorrentes globais na temática do uso limpo do carvão mineral.

Ao desdobrar as ações recomendadas no estudo, as tecnologias elencadas para três setores importantes do carvão, o país atenderá às questões fundamentais identificadas, utilizando de forma limpa, eficiente e rentável o carvão mineral nacional.

O CGEE dispõe, em arquivos de e-mails, percepções dos demandantes deste estudo com depoimentos referentes à assertividade e à organização do conhecimento disponibilizado ao grande público de C&T, governo e empresas – com destaque para a Prefeitura de Candiota (capital nacional do carvão), ABCM, MCTI, e ANEEL.

O produto final desta subação foi:

Roadmap tecnológico para produção, uso limpo e eficiente do carvão mineral nacional: 2012 a 2035, CGEE, 136 páginas.

51.50.5 Dinâmica de inovação nas empresas industriais brasileiras

O objetivo da subação foi o de elaborar um estudo panorâmico da dinâmica de inovação em empresas industriais brasileiras envolvendo a sistematização da informação qualitativa e quantitativa disponível sobre a dinâmica da inovação em setores prioritários da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – ENCTI; a identificação dos fatores relevantes que tenham induzido, favorecido ou obstruído a dinâmica da inovação em setores/subsetores específicos, a partir de um conjunto de entrevistas com dirigentes e tecnólogos de empresas inovativas exitosas; o estabelecimento de um marco de referência para o aprimoramento das políticas de fomento da inovação em setores/subsetores específicos; e a avaliação da pertinência de elaborar proposta de aprofundamento de estudos sobre a dinâmica da inovação em setores específicos/segmentos empresaria identificados ao longo dos trabalhos.

No início de 2012 foi estabelecido um Contrato de Parceria entre a Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (ANPEI) e o CGEE para o desenvolvimento dos trabalhos. O detalhamento do escopo do estudo foi beneficiado pela organização de uma oficina de kick off (em 26/01/2012), que contou com cerca de 20. Essa oficina concluiu que o foco do estudo deveria ser o levantamento das práticas de grandes empresas que lhes facultaram um diferencial inovador, bem como das barreiras encontradas no processo de inovação. Adicionalmente, foi recomendado que o estudo sistematizasse a produção bibliográfica sobre o tema da inovação nos respectivos setores econômicos contemplados na Estratégia Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação (ENCTI).

Os últimos trinta anos caracterizam um período em que grandes transformações tecnológicas ocorreram em vários setores da economia - da agricultura à tecnologia de informação e comunicação. A intensidade e rapidez da difusão dessas transformações permitiu a consolidação de áreas consideradas emergentes como a biotecnologia e o surgimento e impulsão de novas fronteiras tecnológicas como a nanotecnologia. Inovação tecnológica passou a representar o motor do desenvolvimento econômico, razão pela qual veio a ser pauta constante das agendas dos tomadores de decisão público e privado.

Os indicadores brasileiros demonstram que o Brasil realizou um grande progresso no desenvolvimento das atividades de P,D&I, entretanto, esse progresso se dá em velocidade

inferior, tanto a de países que integram o bloco da OCDE, quanto a de alguns países de industrialização tardia. A razão 'atividade inovativa por investimento em PD&I' no Brasil também é menor, o que significa dizer que não basta aumentar os investimentos públicos e privados em PD&I para assegurar uma maior dinâmica inovativa da indústria nacional.

É necessário diagnosticar com precisão os fatores que influenciam e obstruem as atividades inovativas das empresas brasileiras, e assim contribuir à construção de uma agenda de trabalho tanto para o setor público como para o setor privado que identifica as especificidades de setores econômicos estratégicos para o País em sua interação com os macro condicionantes do processo de inovação e amplie o conhecimento sobre os fatores internos às empresas que influenciam sua trajetória de inovação.

Este estudo foi uma demanda da Secretaria Executiva - SECEX do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação na gestão do Ministro Aloizio Mercadante. Sua concepção, com foco na dinâmica interna das empresas e a articulação de atores em diferentes níveis (acadêmico, empresarial e governamental) constitui os elementos centrais da contribuição do CGEE ao equacionamento da problemática da inovação no setor industrial brasileiro. Contribuição cuja importância se reflete nas propostas de aprofundamento dessa perspectiva, formuladas por representantes do setor empresarial, para o desenvolvimento de uma nova fase do trabalho direcionada a formulação de programas concretos de inovação em setores prioritários específicos.

Este estudo já tem impactos mensuráveis, pois algumas de suas recomendações, como é o caso da criação do "guichê único", já foram incorporadas à pauta do CNI e da ANPEI e ao programa Inova Empresa, recentemente lançado. Seu impacto potencial é também relevante, já que o deslocamento do eixo da discussão para o interior da empresa e a análise de casos exitosos abriram novos horizontes para articulação governo/universidade/empresas e convergência de esforços direcionados à dinamização do processo de inovação no setor industrial.

Principais produtos do estudo:

1. Nota Técnica contendo análise da informação disponível e revisão de bibliografia sobre a dinâmica de inovação nos diferentes setores/subsetores prioritários - abordando fatores endógenos e exógenos que favorecem ou dificultam o processo inovativo das empresas.
2. Relatório final contemplando a consolidação analítica das entrevistas, uma pauta de sugestões para o desenho de políticas públicas e o desenvolvimento de parcerias/mecanismos de coordenação entre setores público e empresarial, bem como sugestões de novos elementos de estudo para permitir o aprofundamento do entendimento do processo de inovação nas empresas brasileiras.

51.50.7 Saúde e Inovação: territorialização do complexo econômico-industrial da saúde

Esta subação, iniciada em janeiro de 2012, teve como objetivo central estabelecer bases para o desenvolvimento de uma política para o fortalecimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde, a partir de uma perspectiva da dimensão local/territorial das atividades do complexo produtivo e inovativo da saúde no Brasil. Para o desenvolvimento das atividades programadas foi contratada uma equipe de especialistas da Redesist - Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais do Instituto de Economia/UFRJ e foram contratados especialistas regionais para a realização de estudos empíricos de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais - ASPILs na área de saúde, nos seguintes estados: Paraíba, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio Grande do Sul.

No primeiro semestre foram realizadas as atividades de planejamento global do estudo e a identificação de consultores e respectivas articulações para suas contratações. Foi realizado em junho em Salvador – BA, o Seminário de Consolidação Metodológica, que teve o objetivo de delimitar o escopo e o desenvolvimento da metodologia para a realização dos estudos empíricos em arranjos produtivos e inovativos locais. No segundo semestre, em agosto, foi concluído o Plano de Trabalho detalhado, o qual definiu um projeto executivo para a subação.

Com o objetivo de apoiar a realização dos estudos empíricos, foram acordados cinco relatórios com os seguintes focos: detalhamento da metodologia; consolidação da metodologia com base no debate do seminário de junho; capacitações científicas e tecnológicas instaladas nos estados; mapeamento das redes de serviços de saúde nos estados; e mapeamento dos fluxos comerciais, envolvendo produtos do complexo econômico industrial da saúde nos estados.

No segundo semestre de 2012 foram entregues os quatro relatórios previsto para cada estado estudado e os cinco produtos entregues pela equipe da Redesist /UFRJ.

O estudo identificou inovações tanto nos segmentos industriais quanto nos serviços de saúde, nos cinco casos estudados. As inovações nos segmentos industriais, tais como, kits para diagnóstico de alergias através de exame de sangue, foram em sua maioria inovações muito específicas, derivadas da expertise e do interesse de pesquisa dos proprietários das empresas. Um desafio que se coloca, tendo em vista a perspectiva de ASPILs, é como potencializar a capacidade inovativa destas empresas, de forma a oferecer produtos e processos relacionados às necessidades prementes do sistema público de saúde.

No que se refere às inovações nos segmentos de serviços, os casos de João Pessoa e Porto Alegre apresentaram inovações organizacionais, a exemplo do modelo de gestão do Hospital das Clínicas de Porto Alegre, que serviu de base para o Programa Nacional de Recuperação dos Hospitais Universitários (REHUF) do Ministério da Educação. No caso da ASPIL da Grande Vitória e Bahia apresentaram apenas inovações incrementais.

O estudo também apresenta algumas recomendações tais como a definição de políticas estratégicas de corte sistêmico articuladas aos contextos locais; o estímulo à difusão e dinamização da estrutura produtiva e inovativa no território; a utilização do poder de compra

para estimular a dinamização da estrutura produtiva de saúde no território; a utilização da TI como instrumento agilizar o acesso e o tratamento na saúde; e capacitação. Para a inovação nos ASPILs, o estudo destaca a desconexão entre a política científica e a política tecnológica de inovação e a baixa articulação e o limitado fluxo de informações entre os diferentes segmentos industriais do CEIS. Para vencer este desafio é apresentado um conjunto de sugestões que abrange capacitação, estímulo à criação de parques tecnológicos, entre outros.

A subação foi concluída consolidando os resultados das atividades previstas, apresentadas num debate no seminário de 03 de dezembro de 2012 entre todos os participantes do estudo, e nos dois relatórios finais: Relatório do Seminário de Conclusão do Projeto; e Relatório sobre as implicações de políticas para a territorialização do CEIS.

O estudo se origina em uma demanda do MCTI, compartilhada pelo Ministério da Saúde, a partir da perspectiva de que uma abordagem sistêmica da base produtiva e inovativa do setor passa por uma retomada do papel de promotor de desenvolvimento do Estado e consubstancia-se na prioridade dada ao desenvolvimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS). Dado que a redução das desigualdades interregionais e intrarregionais figura como uma das diretrizes principais da política de desenvolvimento brasileira destaca-se a relevância de dar especial ênfase às diferentes realidades constituídas nas diferentes regiões, estados e localidades do país. A tendência à concentração industrial das atividades do CEIS que se verifica no plano internacional também se reproduz dentro do país. Reconhecer e mobilizar as diversas potencialidades produtivas e também científicas e tecnológicas relacionadas à saúde nos diferentes estados se torna fundamental para se contrabalancear esta tendência. Adicionalmente, identificar os potenciais de aprimoramento e ampliação do acesso aos serviços de saúde constitui um elemento fundamental para a promoção do desenvolvimento dos estados e localidades, uma vez que nesta esfera muitas iniciativas direcionadas a uma efetiva universalidade, equidade e integralidade têm maior potencial de gerarem efeitos concretos.

Nesse sentido, descortinar a dimensão local do sistema inovativo de saúde brasileiro, remete a identificar as especificidades referentes à prestação de serviços de saúde e analisar as capacidades locais referentes aos subsistemas de base química e biotecnológica e de base mecânica, eletrônica e de materiais. A identificação destas potencialidades servirá de base para proposições de políticas descentralizadas de saúde focadas na produção (inclusive serviços) e inovação. Esta dimensão local será bem compreendida com base no enfoque analítico e metodológico de APLs.

Dado o caráter do estudo e o curto período definido para sua realização, seu valor agregado, embora potencialmente promissor, depende do aprofundamento das propostas elaboradas, da complementação e consolidação da base de dados que foi construída e da extensão da pesquisa, já prevista pela RedSist, a outras unidades federativas. No entanto, a própria abordagem proposta pelo estudo, com foco nos arranjos produtivos e inovativos locais, e seus resultados parciais nessa primeira fase representam aportes relevantes para a concepção e

orientação das políticas de melhoramento na prestação dos serviços de saúde e de desenvolvimento do complexo industrial do setor. Além disso, o estudo pode ter um impacto extremamente relevante, pelo seu enfoque territorial que amplia as possibilidades de coordenação e convergência das políticas públicas de saúde, C,T&I e desenvolvimento econômico e social.

Entre os principais produtos do estudo cabe destacar os seguintes:

1. Relatório de caracterização de capacitações científicas e tecnológicas instaladas nos Estados a partir de dados secundários.
2. Relatório sobre as implicações de políticas para a territorialização do CEIS.
3. Relatório conclusivo dos estudos empíricos nos Estados: Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul.

51.50.9 Revisão da Legislação Brasileira sobre Propriedade Intelectual

Esta subação foi demandada pela Secretaria Executiva do MCTI, em função das necessidades identificadas de revisão da atual Lei de Propriedade Industrial, a saber:

A aprovação da Lei 9.279/96 deu-se num ambiente desfavorável aos interesses nacionais sob a égide de dois grupos de fatores principais: a) as fortes pressões exercidas sobre o Brasil, provenientes especialmente dos países centrais tendo à frente o governo dos EUA; e, b) em decorrência da passividade e da postura de subalternidade adotadas pelo governo brasileiro de atrelamento do país aos condicionalismos externos em detrimento de uma política ativa e soberana de proteção e defesa dos interesses nacionais.

Um breve balanço dos resultados dessa política mostra que os benefícios não aconteceram como as concessões feitas se traduziram em pesados encargos para o país. Isso pode ser aferido, apenas para mencionar o caso dos fármacos, em desnacionalização crescente do setor, baixo nível de novos patentes, elevada dependência externa da importação de princípios ativos e preços finais aviltados;

Análises recentes evidenciam que a atual conjuntura favorece a uma revisão da legislação patentária brasileira de moldes a ajustá-la aos interesses do país, em sintonia com as novas exigências do desenvolvimento nacional, tanto em benefício do mercado consumidor interno, como da (re) inserção do Brasil, em bases proativas, na divisão internacional do trabalho.

Em adição aos pontos acima, outras razões estimulam o debate pró-revisão da lei brasileira de patentes, dentre as quais destacam-se: a) a consolidação e ampliação das políticas de saúde do Estado brasileiro; b) a expansão do mercado interno através da elevação da renda real de milhões de brasileiros; c) mudanças na pirâmide etária devido ao envelhecimento da população

e o conseqüente aumento do consumo de medicamentos; e d) a emergência de novas regras adotadas pela ANVISA para os medicamentos de referência, com potencial de influenciar o aumento da oferta de genéricos.

À luz do exposto acima, esta subação foi planejada tendo como objetivo principal analisar a Lei de Propriedade Industrial, tomando por base a evolução da legislação patentária em países selecionados e consulta aos principais atores econômicos interessados, visando gerar subsídios para o seu aprimoramento à luz de pelo menos três razões: a primeira, quando a legislação brasileira foi inicialmente adotada, havia dois princípios básicos, porém incompatíveis, para o depósito de patentes. De acordo com o primeiro princípio, a patente é concedida ao inventor presumido. De acordo com o segundo a concessão será dada àquela pessoa física ou jurídica que primeiro a depositasse. A legislação patentária baseada na precedência do inventor leva a infundáveis litígios jurídicos, tornando insuportáveis as demoras nos países que adotaram essa opção como é o caso inclusive dos EUA e do Brasil. Esta condição provocou a reversão em quase todos os países adiantados do mundo e, mais recentemente, dos EUA para a concessão ao primeiro depositário. A segunda razão é que o Brasil reduziu hoje sua dependência econômica em relação aos países centrais e ampliou seu status político, possibilitando aprimoramentos na lei de propriedade industrial alinhados com outras correntes econômicas e conceituais. A aceleração da obsolescência média da inovação constitui-se em uma terceira razão para uma revisão na lei patentária brasileira. Os tempos de monopólio concedidos na nossa legislação foram estabelecidos já na conferência de Paris, em 1883. A duração de 20 anos, aplicada de forma generalizada, serve apenas para retardar o desenvolvimento tecnológico em alguns setores de dinâmica de inovação mais acelerada.

Na primeira etapa do trabalho foi realizado exame minucioso das legislações de propriedade industrial de treze países selecionados¹ e estruturado quadro comparativo com base em cinco blocos de questões: (i) condicionantes para concessão de patentes; (ii) definições do que é patenteável; (iii) condições especiais do código (obrigatoriedade de exploração do direito de patente, licença compulsória etc.); (iv) implicações legais relacionadas à outorga; e (v) adequação a tratados e convenções internacionais de propriedade intelectual. Na segunda etapa, foram exploradas, em maior profundidade, semelhanças e diferenças entre as legislações de propriedade industrial dos países de referência, assim como as implicações do “Acordo Relativo aos Aspectos do Direito de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio” (Trade-Related Aspect of Intellectual Property Rights – TRIPS), de 1994, para a determinação das políticas dos países signatários da Organização Mundial do Comércio, inclusive o Brasil. Na terceira etapa do trabalho, foi analisada a Lei Brasileira de Propriedade Industrial (Lei nº. 9.279, de 1996) e identificados seus pontos críticos, tendo em vista, sobretudo, sua aplicação ao setor farmacêutico.

O primeiro ponto considerado crítico em um futuro processo de revisão diz respeito ao dispositivo das patentes pipeline. Esse dispositivo possibilitou a revalidação de patentes farmacêuticas já depositadas fora do país, de forma automática, ou seja, sem análise do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). Para obter tal concessão, os pedidos de

revalidação deveriam ocorrer em até um ano da vigência da Lei – até maio de 1997. Como a Lei de Propriedade Industrial prevê um prazo-limite de 20 anos para vigência das patentes, essas patentes revalidadas poderiam, em tese, contar com o benefício legal até 2017. Há considerável polêmica em torno do prazo de validade das patentes pipeline. Isso porque o parágrafo 5º do artigo 230 da Lei nº. 9.279 abre a seus detentores a possibilidade de demanda judicial quanto aos prazos relativos aos registros realizados no exterior que foram posteriormente objeto de desistência e para os quais foi solicitado um novo pedido de registro. Argumenta-se, porém, que seria desnecessária qualquer proposta de alteração do dispositivo neste momento, tendo em vista a sua inconstitucionalidade, conforme entende a Procuradoria Geral da República, em ação junto ao Supremo Tribunal Federal.

Outra questão polêmica na aplicação da lei brasileira refere-se à obrigatoriedade de anuência prévia da Anvisa nos pedidos de patentes de produtos e processos farmacêuticos, não instituída nessa lei mas nos documentos legais de criação da Agência, em 1999. O estatuto da anuência prévia, motivado por preocupações de saúde pública, gera tensões no campo dos direitos de propriedade intelectual e produz uma disputa aberta entre o INPI e a Anvisa.

Em 2011, o governo federal criou Grupo de Trabalho Interministerial com a missão de buscar uma solução negociada para o conflito. A despeito do encaminhamento dado por esse Grupo, que contemplou a delimitação das atribuições das duas instituições federais e maior coordenação entre suas ações, o conflito permaneceu em razão dos interesses envolvidos. Argumenta-se que ainda se requer do governo federal mais consistente harmonização das atribuições das duas instituições e explicitação das suas competências específicas no sistema de propriedade industrial, o que por sua vez, depende da resolução de divergências internas na política de propriedade industrial.

Em relação ao patenteamento de polimorfos a polêmica intensificou-se na primeira década do século 21. No Brasil, o INPI abriu um processo de consulta pública sobre o tema, apresentado posicionamento favorável ao patenteamento. Note-se que o TRIPS não possui previsão sobre patente de segundo uso e polimorfo, o que se reflete em posicionamentos muito diversos dos países signatários. A questão central é se esses pedidos atendem a dois dos requisitos universais para a concessão de patentes: novidade e atividade inventiva. Para os seus críticos, “a aplicação de técnicas de produção conhecidas para a obtenção de polimorfos que possam apresentar características desejáveis de estabilidade, bio-disponibilidade etc., para a produção de medicamentos é hoje rotineira e do conhecimento generalizado dos técnicos do setor. Mais que isto, é sugerida pelas regras vigentes para registro e autorização de comercialização de produtos farmacêuticos. Por mais sofisticada tecnologicamente, demorada ou dispendiosa que seja a busca de um novo polimorfo de uma substância conhecida sua mera produção e caracterização para resolver problemas de solubilidade, estabilidade, compressibilidade e biodisponibilidade, carece de atividade inventiva” (Abifina). Contudo, aponta-se o entendimento de que no atual sistema legal do país não haveria impedimento a um pedido de patente de uso farmacêutico, fosse este o primeiro ou enésimo, desde que atestadas a novidade e a atividade inventiva no produto ou processo objeto da reivindicação. Analogamente não há nos artigos

que tratam de exceções ao patenteamento (artigos 10 e 18), explícita negação à patente de novo uso de produto ou de processo já existente. Evidentemente, o novo uso só poderia ser patenteado se verificados os requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial e não como mera descoberta de novas propriedades físico-químicas ou formas de aplicação e dosagem. Destaca-se que o reconhecimento de patentes de segundo uso abre espaço para o emprego da estratégia conhecida como *evergreen*, através da qual grandes empresas farmacêuticas multinacionais requisitam novas patentes para descobertas incrementais com o mero propósito de estender o período de monopólio, sem que tais descobertas possam ser caracterizadas, legitimamente, como invento.

Os aspectos destacados neste estudo possuem elementos que podem impactar uma futura revisão da Lei de Propriedade Industrial vigente, alterando dispositivos legais existentes ou agregando outros que atendam mais adequadamente ao desenvolvimento industrial em setores estratégicos da economia nacional.

O principal produto da subação foi:

Estudo comparado da legislação brasileira sobre propriedade intelectual e avaliação de seus pontos críticos. Relatório final CGEE, 2012. 67 p.

51.51.2 Desafios e estratégias para a inclusão digital: subsídios para o Programa Nacional de Banda Larga

A subação, iniciada em 2011, tinha como objetivo gerar subsídios técnicos para apoiar a nova institucionalidade do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) no MCTI, em especial no que tange ao programa específico da Secretaria de Inclusão Social - SECIS/MCTI - voltado ao apoio às cidades digitais. A SECIS foi, assim, o principal demandante dessa subação que, conforme já registrado em relatos anteriores, sofreu frequentes mutações de escopo no período de execução.

A subação foi primeiro pensada para orientar o apoio à infraestrutura, depois privilegiou os conteúdos de serviços potencialmente disponibilizados e, finalmente, decidiu rever a concepção do programa, após a entrada em cena do programa análogo capitaneado pelo Ministério das Comunicações. Na última revisão acertada com a SECIS, foi definido como foco do estudo o desenho de diretrizes e orientações para o reposicionamento do Programa de Cidades Digitais.

Consoante com aquela orientação, o CGEE buscou explorar duas frentes de trabalho: a) construir um painel dos programas governamentais existentes (apontando os objetivos e as possíveis sobreposições) e das redes de pesquisa dedicadas ao tema das cidades digitais no país (principalmente nas áreas de conteúdos digitais, hardware e infraestrutura), de modo a compreender qual a posição dos atores envolvidos e quais ações estavam sendo conduzidas

no âmbito federal para promover a inclusão digital; b) identificar gargalos e lacunas nas ações, especialmente para avaliar nichos nos quais o MCTI poderia concentrar sua atuação.

Apoiado pelo relatório já preparado anteriormente na fase inicial das atividades pelo Cedeplar/UFMG, que estrutura uma base de dados georreferenciada e define uma tipologia territorial calcada nos níveis de centralidade urbana e densidade econômica a partir de indicadores das TIC, o CGEE ofereceu à SECIS subsídios objetivos para definir um conjunto de critérios para a seleção de projetos a partir das características e estado-da-arte da inclusão digital nos municípios e regiões do País.

O documento final termina por propor à SECIS/MCTI a substituição do conceito de cidade digital pelo de cidade inteligente no programa do Ministério, por avaliar que essa última forma, mais abrangente e desafiadora, seria capaz de valorizar mais sua potencial contribuição ao Programa Nacional de Banda Larga. A opção reforça a posição contida na ENCTI, de que mais do que a implantação de uma infraestrutura de TI, um programa em torno ao conceito de cidades digitais deve incorporar a identificação e apoio ao desenvolvimento de negócios relacionados a soluções inteligentes para as cidades, reforçando a competitividade governamental e empresarial e promovendo uma melhor qualidade de vida de suas populações.

O documento final contempla assim duas opções de conformação de um programa de Cidades Inteligentes no Brasil de iniciativa do MCTI: uma sugere um programa mais amplo do governo federal, congregando esforços de vários ministérios; outro sugere um programa específico restrito ao MCTI. Para cada opção, o CGEE apresentou minutas de exposição de motivos e portaria, respectivamente, além de desenhar os fundamentos objetivos dessas iniciativas.

O documento foi apresentado e entregue à Secretária interina de Inclusão Social, Sônia da Costa, em reunião ocorrida no dia 11/02/2013. Estiveram presentes à reunião a equipe do gabinete da SECIS, o diretor supervisor, a líder do estudo e o consultor responsável pela proposta de política. Houve a manifestação de que a proposta chegava em momento oportuno e que a forma de apresentação dos resultados contribuía para acelerar o possível desdobramento prático dos resultados da subação do CGEE.

Naturalmente, podemos apenas comentar impactos potenciais da subação. Espera-se que a SECIS/MCTI, ao se apropriar das informações e proposições ali contidas, possa se reorganizar e estar à frente de uma política promissora de inclusão digital, cujo foco e densidade difere substancialmente das conduzidas por outros ministérios na mesma temática. O tema das cidades inteligentes possui, a nosso ver, maiores afinidades com a pesquisa científica e tecnológica de fronteira no campo do planejamento urbano, de que o País está tão carente. As ações do programa podem se combinar positivamente com outras de fomento típicas do SNCTI, pois os desafios de pesquisa são certamente maiores e os resultados mais promissores no campo sugerido das cidades inteligentes.

Listagem dos principais produtos finais:

1. Desafios e estratégias para inclusão digital - Programa Banda Larga. Relatório final. Brasília: CGEE, 2012. 31p.
2. Desafios e estratégias para inclusão digital - Programa Banda Larga. Relatório parcial. Brasília: CGEE, 2012. 18p.
3. Estudo de apoio à definição de diretrizes políticas para as ações de inclusão digital no âmbito do Programa de Cidades Digitais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI. Brasília: CGEE, 2012. 31p.
4. Relatório final. Estudo de apoio à definição de diretrizes políticas para as ações de inclusão digital no âmbito do Programa de Cidades Digitais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI. Brasília: CGEE, 2012. 43p.

51.51.3 Eficiência Energética: desenvolvimento de agendas tecnológicas em temas selecionados

Esta subação foi demandada ao CGEE pelo Secretário da SETEC/MCTI, de forma a orientar o desenvolvimento tecnológico em eficiência energética. Teve como objetivo, portanto, o de construir uma agenda de ações de CTI para dois segmentos da indústria nacional, a saber: Papel e Celulose e de Edificações. Esta agenda visa contribuir para o incremento da eficiência energética nestes setores e, por consequência, para o aumento da competitividade de produtos e processos a estes associados.

Na seleção dos setores, tomou-se por base, entre outros, estudo do Procel/CNI que identificou sete segmentos da indústria com maiores potenciais de incremento viável da eficiência energética. O setor de Edificações, mesmo não indicado pelo estudo do PROCEL, foi considerado neste estudo devido ao seu grande potencial de eficiência energética e, também, por conta dos grandes investimentos associados aos programas de governo (Minha Casa Minha Vida, por exemplo) e eventos esportivos (Copa 2014, Olimpíadas 2016). Esta subação trabalhou de forma independente os dois setores, gerando produtos e relatórios finais distintos.

No que se refere a Papel e Celulose, o estudo se valeu de análises anteriores feitas pelo CGEE, sobre tendências tecnológicas neste setor. Na sequência, foi realizada uma oficina de dois dias para debater os desafios e oportunidades associadas a este setor, assim como um conjunto de ações de CTI com potencial de fortalecer este setor do ponto de vista da eficiência energética. Com base nas informações geradas nesta oficina foi construída uma agenda de ações de CTI no tema. O relatório final deste segmento consolidou todas as informações sobre panorama e tendências, finalizando com a proposta da agenda de ações de CT&I.

No que se refere à temática de Edificações Eficientes, foi elaborado um Panorama do segmento que levantou informações sobre especialistas, empresas, instituições de pesquisa, patentes, associadas ao tema. Em paralelo a este trabalho, foram realizadas reuniões com especialistas para a construção de um mapa preliminar de temáticas de CT&I associadas para este setor, com foco na eficiência energética. Este mapa serviu de base para a construção de

uma consulta estruturada que levantou novas temáticas adicionais, as prioridades destas e seus respectivos estágios de maturação tecnológica. Por fim, foi realizada uma reunião de imersão sobre os desafios, oportunidades e demandas, assim como as devidas ações de fomento à CT&I em temáticas priorizadas.

Segundo a Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel - ABTCP, os resultados da subação foram muito positivos, dado o interesse despertado no BNDES em apoiar o setor de papel e celulose apoiado nas principais conclusões sobre eficiência energética para este setor. São percebidos, também, impactos positivos do estudo sobre o setor de edificações inteligentes, a partir do uso das recomendações feitas pelo PROCEL, no que se refere à etiquetagem relacionada com a economia de energia.

Os principais produtos obtidos nesta subação foram:

1. Estudo Técnico sobre o panorama das edificações eficientes no Brasil. Relatório Final CGEE, 2012. 34 p.
2. Edificações Eficientes. Relatório Final. In: Eficiência Energética: Desenvolvimento de Agendas Tecnológicas em Temas Seleccionados. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2012, 107p

51.51.5 Economia verde: propostas para uma agenda brasileira

A subação teve como objetivo desenvolver estudos sobre uma agenda brasileira de economia verde para subsidiar a participação brasileira na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (UNCSD), a Rio + 20, realizada em junho de 2012. Teve como demandantes e interlocutores o MCTI, através da SEPED e da SEXEC, o MRE, o MMA, as Nações Unidas, o CDES, a FIESP, o BNDES, a CEPAL, a *Swedish Agency for Growth Policy Analysis*, o *Institut du Développement Durable et des Relations Internationales* - IDDRI, o Ipea e o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável - CEBDS.

O início da subação foi marcado pela realização de um *brainstorming* sobre o tema da economia verde. Como resultado da oficina de trabalho, foi elaborada uma matriz de análise das principais dimensões envolvidas, que foi depois utilizada para desenvolver um questionário, aplicado a especialistas, sobre a economia verde e sua necessária interpretação no contexto brasileiro. Para fazer a análise das entrevistas e questionários foram contratados dois consultores que se incumbiram da elaboração de relatórios técnicos com base em suas opiniões e nas respostas obtidas. Finalmente, com base nesses relatórios, o CGEE elaborou o documento intitulado “Economia Verde e Interesse Nacional – propostas para agenda brasileira” que foi encaminhado às autoridades brasileiras que conduziram a contribuição oficial do País ao texto básico da Conferência, ainda em outubro de 2011.

Na sequência, o CGEE realizou uma oficina de trabalho e vídeo conferências com a *Growth Analysis* (mais tarde contou-se com a adesão do IDDRI), para elaborar uma consulta

estruturada com o objetivo de avaliar a percepção de respondentes selecionados no Brasil, na Suécia e na França, quanto ao conceito de economia verde e suas implicações. O questionário foi concluído no princípio de 2012, tendo sido a consulta deslanchada ao final do mês de janeiro, alcançando uma lista de 8.758 pessoas indicadas pelas três instituições. Para apoiar o CGEE na subação e especialmente na análise dos resultados da consulta foi mobilizada uma equipe do Centro de Estudos Integrados sobre Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (CentroClima/ Coppe/UFRJ). Encerrado período de coletas de respostas, dedicou-se o mês de Maio a reuniões presenciais e virtuais entre as diversas equipes para discussão e análise das informações da consulta.

Resultados parciais da consulta sobre percepções da Economia Verde foram disponibilizadas antecipadamente para nossos representantes oficiais do MRE na Conferência. Além disso, foram veiculados em outro evento especialmente organizado para construir a visão dos empresários, realizado em São Paulo, em parceria com a Federação das Indústrias do Estado – Fiesp (resultou na Nota Técnica CGEE/FIESP com a posição dos empresários sobre o tema para orientar debates da categoria na Conferência). Por fim, na semana anterior à “Rio+20”, alguns dos resultados da consulta foram divulgados em entrevista coletiva com jornalistas no CGEE.

Os resultados da consulta estruturada foram objeto de discussão em dois eventos durante a Rio + 20: o primeiro, um encontro paralelo promovido pelo CGEE com o BNDES, realizado no dia 15/06/2012; e o segundo, como parte da agenda oficial da Conferência (*on site side event*), realizado em 17/06/2012, no Riocentro. As duas sessões contaram com a presença dos parceiros estrangeiros, da equipe de consultores e de especialistas brasileiros e estrangeiros no tema. Os resultados dessas sessões foram sistematizados pela equipe de consultores e subsidiaram a elaboração de um texto-síntese com as contribuições do CGEE para a Conferência. Um resumo dos resultados da consulta foram ainda discutidos com empresários nacionais e estrangeiros em mais um evento oficial da conferência, organizado pela Associação “*Entreprises pour L’Environnement*”, no dia 21/06/2012.

O protagonismo e envolvimento do Centro na subação (e, por extensão, na Conferência) foi expressivo, inclusive na antecipação do debate sobre a o tema da economia verde para o MCTI e o País. Com antecedência, foram mobilizadas competências internas para debater e formular a compreensão do interesse nacional e subsidiar a posição brasileira. Foram examinadas, acompanhadas e, quando pertinente, apoiadas algumas das mais importantes iniciativas nacionais (CDES) e internacionais (Unep/CIES, Unep/GGGI, OCDE, UNDP, WEB DIALOG) no período preparatório à Conferência. Também, foram estabelecidas parcerias nacionais (FIESP) e internacionais (Growth Analysis & IDDRI) significativas para explorar o tema central da economia verde em sua relação com o desenvolvimento sustentável; assim como definidas estratégias para publicar e divulgar aspectos das trajetórias sustentáveis do desenvolvimento brasileiro a partir de resultados de estudos desenvolvidos pelo Centro (“Química verde no Brasil”; “Sustainability of sugarcane bioenergy”, com o CTBE, por exemplo).

Os impactos da subação foram efetivos. Apoiou-se o documento oficial brasileiro para Conferência e o documento da estratégia de CTI (coordenado pela Dra. Clélia Piragibe, da SEXEC/MCTI). Apoiou-se a posição do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e da indústria (FIESP). E foi possível também interagir com o BNDES, o CIES e a Unep (*Designing the green economy*), além de influenciar posições estrangeiras (*Growth Analysis*/Suécia e IDDRI/França). Apoiou-se, ainda, a agenda de construção e negociação dos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS), incluindo a definição do novo Centro Rio+ (Governo brasileiro/Unep).

O CGEE teve reconhecido seu esforço para a Rio + 20 por vários interlocutores (IIASA, IDRC, por exemplo, que dividiram espaços de nosso evento no BNDES), além de receber um prêmio da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro por sua contribuição à Conferência. Os resultados finais foram, após o término da subação, reunidos em publicação do Centro: “Economia verde para o desenvolvimento sustentável”.

Listagem dos principais produtos finais:

1. Economia Verde e interesse nacional. Propostas para uma Agenda Brasileira. Brasília, CGEE, 2011, 27 p.
2. Crise e novo desenvolvimento: perspectivas para a reunião Rio+20. Nota Técnica. Brasília: CGEE, 2012. 5p.
3. Fundamentos econômicos da sustentabilidade e políticas de transição rumo à economia verde. Rio de Janeiro: CGEE, 2012. 13p. [Nota técnica]
4. Os rumos da indústria brasileira na era da economia verde. Brasília: CGEE, 2012. 12p. [Nota técnica]
5. Green economy perception. Data report. Brasília: CGEE, 2012. 129p.
6. Panorama das principais iniciativas nacionais e globais relacionadas à economia verde. Brasília: CGEE, 2012. 463p.
7. Economia verde - propostas para uma agenda brasileira. Textos da publicação economia verde. (Coletânea 1). Brasília: CGEE, 2012. 121p.
8. Economia verde - propostas para uma agenda brasileira. Textos da publicação economia verde. (Coletânea 2). In: Economia Verde: Propostas para uma Agenda Brasileira. Brasília: CGEE, 2012. 88p.
9. Economia verde para o desenvolvimento sustentável. Brasília, CGEE, 2012, 228 p. [publicação] (*Obs: produto da Atividade “Inserção do CGEE em Agendas Internacionais” e foi publicado em dezembro, a partir das duas coletâneas enumeradas acima*)

51.51.6 Temas centrais para participação brasileira na Rio + 20: Desertificação - Biodiversidade - Clima

A subação teve como objetivo apoiar a participação do CGEE e do MCTI na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – UNCSO (ou Rio + 20), que teve lugar no Rio de Janeiro, no período de 13 a 22 de junho de 2012, destacando temas relevantes apoiados em contribuições do CGEE. Foi desenvolvida em estreita associação com a subação "Economia Verde: Propostas para uma agenda brasileira", que se dedicou a compreender o tema central da Conferência.

O CGEE buscou desenvolver parcerias com várias instituições nacionais e internacionais, destacando-se o IRD - Instituto Francês de Pesquisa, o IADIZA - Instituto Argentino de Terras Secas, a APMV, o CNPq, a Embrapa e o Governo do Ceará, dentre outras. O CGEE empenhou-se na formação de alianças e, em especial, no relacionamento com as instituições brasileiras (MRE, MMA, MCTI) e internacionais (Secretariado da UNCSO em Nova Iorque) responsáveis pela organização da Rio + 20.

A subação teve por alvos principais o desenvolvimento de iniciativas relacionadas às agendas das terras secas e escassez de água e o apoio ao MCTI e ao governo brasileiro em temas que aproveitaram a existência de estudos e reflexões anteriores do Centro e de seus parceiros. Beneficiou-se dos resultados da Segunda Conferência Internacional sobre Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento em Regiões Semiáridas (ICID + 18), organizada pelo Centro em Fortaleza, em 2010. Foram realizadas diversas atividades preparatórias pelo CGEE, como os eventos complementares ICID + 19, de Mendoza, na Argentina (em setembro, em parceria com o Governo de Mendoza e o IADIZA - Instituto de Terras Áridas da Argentina) e a ICID + 19 da África, em Niamey, Níger (em outubro, em parceria com o IRD francês e a Agência Panafricana do Programa da Grande Muralha Verde – APMV). Foram organizadas publicações e planejadas ações preparatórias e paralelas em relação à Rio + 20. Cabe destacar as Declarações de Mendoza e de Niamey, o livro "*A Drylands Call For Action*", relativo à ICID+18, além da publicação de um número especial da revista Parcerias Estratégica com artigos selecionados na ICID + 18.

Foram realizadas, ainda, as atividades destacadas a seguir:

1. Participação na Conferência das Partes (COP 10), da UNCCD, na Coreia, ocasião em que o líder da ação foi apontado como presidente do Comitê de C&T da UNCCD;
2. Participação na ICID Mendoza e na ICID África;
3. Participação em reunião promovida pela Organização Meteorológica Mundial, em Genebra, Suíça, para preparação de evento de alto nível sobre políticas para as secas.

Com o IRD e a APMV, o CGEE cooperou no âmbito do VI Fórum Mundial da Água, ocorrido entre 12 e 16/03/2012, em Marselha, França, no lançamento do Acordo Tripartite para o desenvolvimento de pesquisas relacionadas ao combate a desertificação na África, ocorrido no painel de alto nível "*Water scarcity in Arid Areas*". Realizou também sessão de lançamento das

publicações do CGEE, "A questão da Água no Nordeste" e "*Drylands Call for Action*", e participou na sessão plenária final do VI Fórum, dividindo com os parceiros a apresentação dos compromissos assumidos no Acordo Tripartite Brasil/França/África. Também foi apoiada a realização da Segunda Reunião do HIOC – Comitê para a preparação da Conferência de Alto Nível sobre Políticas sobre Secas (HMNDP – *High Level Meeting on National Drought Policies*), em parceria com a Organização Meteorológica Mundial - WMO, que ocorreu entre os dias 11 e 12/06/2012, em Brasília, no CGEE. A reunião também serviu para a preparação do "*on site side event*" da WMO sobre o tema na Rio + 20.

O CGEE contribuiu para o documento sobre Terras Secas preparado pelas Nações Unidas, com vistas à negociação na Rio + 20, tendo como base o processo da ICID (Fortaleza, Mendoza, África). Como resultado, o documento final aprovado na Conferência pelos Chefes de Estado incluiu 4 parágrafos sobre o tema das Terras Secas que antes inexistiam no documento preliminar.

Na semana preparatória da Conferência, o CGEE realizou um conjunto de seminário no BNDES, ultimando um dos pontos altos de sua agenda na Rio + 20. As nove sessões do Seminário CGEE/BNDES acompanhadas por especialistas convidados nacionais e internacionais das várias áreas trataram dos seguintes assuntos:

1. Sustentabilidade da bioenergia da cana-de açúcar;
2. Alterações no uso do solo e a produção de biomassa: as emissões brasileiras de carbono hoje e no futuro;
3. Sustentabilidade da produção de alimentos;
4. Sustentabilidade da biodiversidade e dos recursos naturais;
5. O mar no desenvolvimento sustentável;
6. Água e desenvolvimento sustentável;
7. Química verde: desafios para o desenvolvimento sustentável;
8. Clima e sustentabilidade de terras secas;
9. Percepções da economia verde

No pavilhão brasileiro da Rio + 20, o CGEE realizou um evento de grande repercussão, capitalizando esforços conjuntos desenvolvidos com o CNPq, o IRD e a APMV de preparação e lançamento do Acordo Tripartite Brasil-França-África. O lançamento no dia 20 de junho, contou com a presença do Presidente do Chade, de três ministros brasileiros (MCTI, MI e MPOG), de ministros africanos de diversos países, autoridades brasileiras, estrangeiras e de organismos internacionais, incluindo o presidente do Instituto Lula, que leu carta de apoio ao acordo do ex-Presidente da República.

O CGEE foi ainda parceiro em vários outros eventos oficiais conduzidos por outras organizações, destacando-se: a) evento paralelo capitaneado pela Organização Meteorológica Mundial - OMM, UNCCD, UNESCO, e o *International Strategy for Disaster Reduction* - ISRD, sobre Políticas Nacionais sobre Secas, dia 13/06/12; b) evento paralelo sobre "A questão da

desertificação e degradação de terras nos países menos desenvolvidos”, organizado pela UNCCD, dia 19/06/12; c) evento de comemoração do Dia Mundial de Combate à Desertificação, capitaneado também pela UNCCD, FAO e outras Instituições, dia 17/06/12, dentre outros.

Os mesmos impactos gerados pela subação anterior Economia Verde cabem também aqui, merecendo destaque separado a receptividade manifesta por vários interlocutores do evento de lançamento do acordo Brasil-França-África.

Listagem dos principais produtos finais

1. Declaración de Mendoza. In: Conferencia Internacional sobre el Clima, Sustentabilidad y Desarrollo de las Regiones Áridas y Semiáridas, 3. (ICID+19). Mendonza, Argentina: CGEE, 2011. 9p.
2. Déclaration de Niamey. Les terres arides dans l'agenda de Rio +20 : un enjeu mondial et um focus pour l'Afrique. In: Conférence Afrique - Brésil - France sur la lutte contre la désertification em Afrique. Niamey, Republic of Niger: CGEE, 2011. 7p.
3. Clima, desenvolvimento e sustentabilidade em terras secas. Rio de Janeiro: CGEE, 2012. 8p. [Nota técnica]
4. Biodiversity and natural resources for sustainability. Summary of the discussion. Brasília: CGEE, 2012. 13p.
5. CGEE na Rio +20. Brasília: CGEE, 2012. 19p.
6. .Desafios para o futuro da produção sustentável de alimentos. Sustentabilidade da produção de alimentos. Brasília: CGEE, 2012. 24p.

51.51.7 Redes de Inovação: estratégias de agregação de valor a produtos da biodiversidade

A subação teve como objetivo, desenhar uma estratégia para apoiar a constituição e o desenvolvimento de parques científicos e tecnológicos (PCT) relacionados ao uso sustentável da biodiversidade na Amazônia. O propósito desses parques é ampliar as condições para a realização de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e inovação na Região, com foco na agregação de valor à biodiversidade local, tendo como base a articulação dos setores acadêmico (instituições de ensino superior e técnico e instituições de ciência e tecnologia), empresarial e governamental, das redes de inovação e de outras entidades e programas correlatos à inovação e ao desenvolvimento regional.

A subação teve como demandante e interlocutor principal a Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento – SEPED/MCTI. Para atender ao objetivo do estudo, o CGEE buscou analisar: 1) o contexto em que se situam os parques na Amazônia; 2) a possibilidade de desenhar uma estratégia de apoio a esses habitats da inovação na região;

3) um marco de referência conceitual, que ajudasse a justificar o apoio público à constituição e ao desenvolvimento de PCTs na Amazônia; 4) as características técnicas, operacionais, organizacionais, administrativas e gerenciais, econômico-financeiras e de planos de negócios requeridas para a constituição e bom andamento de PCTs, 4) as bases físicas, localização, formatos e modelos de uso de propriedades e infraestruturas exigidos; e, finalmente, 5) os parâmetros e procedimentos para articular os PCTs aos demais componentes do Sistema regional e nacional de CT&I, em especial ao setor empresarial.

Na subação o CGEE realizou um levantamento detalhado da situação dos ambientes de inovação na Amazônia, mais especificamente dos PCTs instalados ou em início de instalação. Para tanto, realizaram-se reuniões técnicas nas principais cidades regionais e entrevistaram-se pesquisadores, secretários de Estado de CT&I, empresários, dirigentes de organizações não governamentais e outros especialistas para buscar entender a situação desses ambientes. A partir dos elementos assinalados pelos participantes dessas reuniões, formatou-se uma matriz de prioridades para orientar a instalação de PCTs e desenhou-se uma proposta de estratégia para o apoio a essas iniciativas na Região.

O resultado final do estudo compreendeu assim uma análise de cada um dos empreendimentos observados com base num conjunto de indicadores e critérios afetos a essas experiências. Para uso restrito da SEPED/MCTI operou-se, inclusive, uma hierarquização dos empreendimentos, com sugestões objetivas de como proceder num futuro apoio. As conclusões estão sendo consideradas nos esforços da SEPED de formulação de um programa estruturante para Amazônia Legal e também nas reflexões para o desenho de um dos três eixos que organizam o Plano de Ação em CT&I para o desenvolvimento da Amazônia, em fase de elaboração pelo CGEE. Por fim, temos notícias de que a SEPED vem discutindo com dirigentes e outros interlocutores regionais o apoio a PCTs dentro das características estudadas nesta subação.

O impacto potencial da subação, como se pode ver, parece promissor, dado as deficiências de infraestrutura técnico-científica que existem na região e os desafios que a política de CT&I enfrenta para melhor aproximar o setor produtivo da comunidade científica e tecnológica. Certamente a ampliação da produção ligada aos insumos florestais e da base de recursos naturais da região, constituirá contribuição importante para o desenvolvimento regional e os PCTs podem cumprir papel destacado nessa missão.

Listagem dos principais produtos finais

1. Relatório técnico: análise de redes produtivas relevantes na Amazônia que envolvem a conjugação de populações tradicionais, grupos indígenas, comunidades ribeirinhas, agricultores, empresas, instituições de ensino e pesquisa, centros de P&D e outras entidades. Belém: CGEE, 2012. 66p. [Nota técnica]

2. Proposta de estratégia para apoiar o desenvolvimento de parques científicos e tecnológicos, na Amazônia, centrados na valorização sustentável da biodiversidade regional. Relatório final. Brasília: CGEE, 2012. 76p.
3. Sugestão de proposta de ação para apoiar a constituição e/ou desenvolvimento de parque científico e tecnológico na Amazônia centrados na agregação de valor e uso sustentado da biodiversidade regional. Brasília: CGEE, 2012. 86p.

51.51.9 Estudos de usos e aplicações de Terras Raras

Conforme ementa recebida do MCTI, a subação tinha como objetivo a realização de “estudo detalhado de avaliação da cadeia produtiva de terras raras focado na identificação, caracterização e quantificação de necessidades de desenvolvimento tecnológico, inovação, recursos humanos e infraestrutura laboratorial para usos e aplicações de terras raras em áreas que apresentem perspectivas de o Brasil tornar-se importante ator no mercado mundial”. Para tal, o estudo realizado buscou fornecer as bases para a estruturação de uma agenda com diretrizes e ações de curto, médio e longo prazos vinculadas ao desenvolvimento das cadeias produtivas de aplicações de TRs, consideradas promissoras e estratégicas para o Brasil.

As principais etapas foram:

- Revisão de estudos de referência sobre terras raras no Brasil e no mundo;
- Definição de uma taxonomia única para o estudo: “Uso industrial - Aplicação de TRs - Funcionalidade habilitadora - Elementos TRs requeridos”;
- Hierarquização e caracterização das cadeias produtivas de interesse estratégico para o Brasil, segundo critérios estabelecidos - demanda global da aplicação; ocorrência de recursos minerais contendo TRs no Brasil; importância estratégica para consecução de políticas de governo; garantia de suprimento para setores básicos e defesa;
- Pesquisa em base de dados sobre produção científica e propriedade intelectual em terras raras, em nível mundial: 1981 – 2011;
- Levantamento dos grupos de pesquisa e pesquisadores brasileiros em TRs, e instituições envolvidas. Indicação das competências nacionais em cada uma das etapas das cadeias produtivas das aplicações de TRs consideradas;
- Elaboração do panorama do mercado mundial de terras raras, suas tendências e incertezas críticas. Elaboração do panorama dos depósitos de terras raras no Brasil;
- Construção de cenários prospectivos da evolução da cadeia produtiva de TRs em nível mundial (2012-2030) e escolha do cenário global de referência;
- Mapeamento dos gargalos e desafios da cadeia produtiva de TRs no Brasil face ao cenário global de referência;

- Construção de Roadmaps Estratégicos da cadeia produtiva de TRs, como um todo, e das cadeias das aplicações de TRs priorizadas: ações, abrangendo os períodos 2012-2020 e 2021-2030;
- Elaboração de conclusões e de recomendações.

Uma Nota Técnica, “Subsídios Metodológicos para o Estudo Prospectivo ‘Usos e Aplicações de Terras-Raras: 2012 – 2030””, preparada no início das atividades, forneceu as bases conceituais e uma proposição de metodologia para o estudo.

A construção de cenários prevista enriqueceria o debate sobre questões críticas relacionadas ao futuro e reduziria as incertezas inerentes ao sistema considerado, ao mesmo tempo em que permitiria desenvolver e analisar novas opções de futuro, frente a mudanças do ambiente externo e interno. Adicionalmente, propiciaria uma visão de futuro que pudesse ser compartilhada pelos diferentes atores envolvidos na questão das terras raras.

O mapeamento dos gargalos e desafios da cadeia produtiva de TRs no Brasil face ao cenário global de referência, e a construção de Roadmaps Estratégicos da cadeia produtiva de TRs, como um todo, e das cadeias das aplicações de TRs priorizadas: ações abrangendo os períodos 2012-2020 e 2021-2030 conduziram a uma avaliação mais abalizada das possibilidades brasileiras em terras raras.

O estudo foi solicitado pelo MCTI/SETEC e daria prosseguimento aos esforços desenvolvidos anteriormente com a criação e funcionamento do Grupo de Trabalho Interministerial sobre Minerais Estratégicos – GTI-ME, criado pela Portaria Interministerial MME/MCT n° 614, de 30 de junho de 2010.

A percepção é de que o estudo do CGEE, da forma como foi concebido e desenvolvido, permitiu ‘integrar’ as distintas contribuições sobre o assunto terras raras oferecidas por especialistas das diversas áreas, proporcionando um maior entendimento das potencialidades e das limitações brasileiras, ao ter como referência um cenário de futuro desenvolvido em conjunto.

A forma estruturada de abordagem das cadeias produtivas estratégicas selecionadas indicou, entre outros:

- competências tecnológicas - de existentes a incipientes;
- pesquisadores em TRs em quantidade/qualidade acima das expectativas;
- insuficiente dimensionamento dos recursos minerais existentes e necessários a um esforço nacional importante;
- exigências relevantes nas tarefas à frente ao se considerar as etapas das cadeias produtivas situadas além das iniciais (lavra à separação/purificação de terras raras);

- relevância da futura inserção internacional do Brasil em terras raras, tendo em vista a volatilidade dos preços, o domínio tecnológico concentrado em alguns países, e a enormidade dos investimentos necessários ao desenvolvimento.

O estudo poderá subsidiar de maneira importante um debate sobre a estratégia brasileira em terras raras. De acordo com Tassia de Melo Arraes, da SEPED/MCTI, “ o estudo contou, em sua elaboração, com a participação de consultores e especialistas atuantes na temática terras raras, além de representantes do governo e empresas. O MCTI acompanhou o desenvolvimento do estudo, participando ativamente das oficinas e reuniões realizadas no decorrer do processo de elaboração do mesmo. O estudo alcançou os objetivos propostos, indo além da demanda técnica elaborada tendo em vista a inclusão de um capítulo específico com os roadmaps estratégicos das cadeias das aplicações de terras raras priorizadas, considerando os períodos de 2012-2020 e 2021-2030.”

Entre as principais contribuições do estudo ao tema das terras raras é possível citar:

- Hierarquização e caracterização das cadeias produtivas de interesse estratégico para o Brasil;
- Pesquisa em base de dados sobre produção científica e propriedade intelectual em terras raras, em nível mundial: 1981 – 2011;
- Levantamento dos grupos de pesquisa e pesquisadores brasileiros em TRs, e instituições envolvidas: 99 grupos de pesquisa, 47 instituições, 221 linhas de pesquisa e 396 pesquisadores.
- Indicação das competências nacionais em cada uma das etapas das cadeias produtivas das aplicações de TRs consideradas;
- Elaboração do panorama do mercado mundial de terras raras, suas tendências e incertezas críticas. Elaboração do panorama dos depósitos de terras raras no Brasil;
- Mapeamento dos gargalos e desafios da cadeia produtiva de TRs no Brasil face ao cenário global de referência adotado (2012-2030);
- Construção de Roadmaps Estratégicos da cadeia produtiva de TRs, como um todo, e das cadeias das aplicações de TRs priorizadas: ações abrangendo os períodos 2012-2020 e 2021-2030.

Documentos finais produzidos:

1. Produção científica e propriedade intelectual em terras raras: 1981 - 2011. Nota Técnica. Produto 2. In: Estudos de Usos e Aplicações de Terras Raras. Rio de Janeiro: CGEE, 2012. 36p. [Nota técnica]
2. Subsídios metodológicos para o estudo prospectivo usos e aplicações de terras-raras: 2012 – 2030. Nota Técnica. Produto 1. In: Estudos de Usos e Aplicações de Terras Raras. Rio de Janeiro: CGEE, 2012. 39p. [Nota técnica]

3. Relatório do workshop terras raras: cenários prospectivos globais e escolha do cenário de referência – 2012 – 2030. In: Estudos de Usos e Aplicações de Terras Raras. Brasília: CGEE, 2012. 57p.
4. Usos e aplicações de terras raras no Brasil: 2012-2030. Relatório final. Brasília: CGEE, 2012. 180p.
5. Usos e aplicações de terras raras no Brasil: 2012-2030. Relatório intermediário. In: Estudos de Usos e Aplicações de Terras Raras. Brasília: CGEE, 2012. 73p.

51.51.11 Mapeamento de competências em tecnologias assistivas

A presente subação teve por objetivo caracterizar a situação atual de desenvolvimento e fomento de Tecnologias Assistivas - TA no País, envolvendo a realização de um diagnóstico, com vista à apresentação de subsídios para formulação de proposta de políticas públicas, identificando as principais restrições e potencialidades para a expansão e barateamento da produção nacional de bens nessa esfera, o fortalecimento da capacidade tecnológica e de inovação das empresas e instituições nacionais envolvidas nesses processos e a ampliação do acesso da população, em especial dos setores mais carentes, aos bens produzidos.

Os resultados obtidos foram:

1. Diagnóstico com os resultados da análise situacional sobre tecnologias assistivas no país, o que evidenciou grandes dificuldades no acesso às informações ligadas ao tema, escassas de uma maneira geral;
2. Identificação das principais áreas do conhecimento e tendências tecnológicas prioritárias, ambas de cunho transversal, ligadas ao tema, em particular o uso da automação e controle, robótica, mecatrônica e TI no fabrico de dispositivos sofisticados e de baixo custo que atendam a população de uma maneira geral. Uma das tendências observadas refere-se à aplicação do conceito de Design Universal no atendimento às pessoas portadoras de necessidades especiais, inclusive as idosas;
3. Identificação de modelos institucionais ligados a: governança para TA; concepção de um produto de TA; cadeia produtiva para TA; ciclo de vida de produção de produtos de TA; centros integrados de saúde em TA. Este último modelo deverá ser aprofundado em estudos posteriores.

O relatório final explicita, ainda, um conjunto de subsídios para a formulação de propostas de políticas públicas sobre tecnologias assistivas no País.

Os trabalhos contaram com a participação permanente do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação (MCTI), em especial da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (SECIS), além de várias outras instituições colaboradoras.

As Tecnologias Assistivas têm por objetivo proporcionar às pessoas portadoras de necessidades especiais maior independência, qualidade de vida e inclusão social, através da ampliação de sua comunicação, mobilidade, controle de seu ambiente, habilidades de seu aprendizado e trabalho.

A população brasileira que requer, em distintos graus, o suporte de tecnologias desse tipo é estimada em 45 milhões de pessoas. A maior parte desse contingente carece das condições econômicas para adquirir, no mercado, os bens necessários à melhoria de sua qualidade de vida e de trabalho.

O lançamento pelo Governo Federal, em 17 de novembro de 2011, do plano “Viver sem Limites - Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Governo Federal”, coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, constitui um passo importante em direção ao equacionamento dos problemas e insuficiências hoje existentes nessa esfera. O Plano está estruturado em torno a quatro eixos: acesso à educação, acesso à saúde, inclusão social e acessibilidade.

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI tem um papel central na formulação e implementação de políticas de apoio aos objetivos do plano “Viver sem Limites”. Por intermédio da sua Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social, estão sendo promovidas diversas iniciativas que se inscrevem nesse contexto, com destaque para o Catálogo Nacional de Tecnologias Assistivas, a criação de um Centro de Referência em Tecnologias Assistivas, abrigado no CTI Renato Archer, em Campinas, São Paulo, o estabelecimento pela Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP de linhas de fomento para o desenvolvimento de tecnologias assistivas e a abertura de linha de crédito, no Banco do Brasil, para a aquisição de equipamentos pelas pessoas portadoras de necessidades especiais, em condições de crédito diferenciadas para os segmentos de renda familiar média inferior a R\$ 5.000,00.

O presente estudo nasce da necessidade de aprofundar o conhecimento de alguns aspectos, tanto da oferta, (como, por exemplo, as competências, empresas e as instituições nacionais envolvidas no segmento de tecnologias assistivas, as restrições e potencialidades para a expansão da produção nacional e redução dos custos dos equipamentos de uso mais generalizado, as áreas prioritárias para o direcionamento de investimentos e financiamento não reembolsável, os setores com maior capacidade de inovação) quanto da demanda de bens para o atendimento de necessidades especiais dos diversos segmentos da população, sobre os quais se carece, ainda, de informações sistematizadas e abrangentes. Os avanços que se possam obter com o estudo serão, nesse sentido, de grande relevância para a fundamentação de políticas públicas e para o ulterior desenho de critérios e mecanismos de avaliação dos resultados por elas alcançados.

Os desafios de CT&I para prover todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas portadoras de necessidades

especiais e, conseqüentemente, promover vida independente e inclusão social estabelecem o foco do estudo exploratório desta subação.

Este estudo foi uma demanda da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social - SECIS do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação na gestão do Ministro Aloizio Mercadante.

As principais contribuições desta subação foram a articulação de dezenas de atores institucionais que operam em várias dimensões da problemática das tecnologias assistivas e a sistematização inédita de informações e das visões e recomendações desses atores para a formulação de políticas nos diferentes níveis e setores envolvidos no esforço de melhoramento das condições de vida e de trabalho das pessoas com deficiências.

Este estudo, pela sua atualidade e riqueza de informações, embute um forte impacto potencial sobre as políticas direcionadas ao setor. Um dos resultados associados ao esforço realizado nessa primeira fase foi colocar o tema na agenda de prioridades do MCTI e projetá-lo à escala latino-americana, como uma das áreas básicas para o desenvolvimento do processo de integração da região em C,T&I.

Principais produtos do estudo foram os seguintes:

1. Relatório contendo o Diagnóstico com os resultados da análise situacional.
2. Relatório contendo o Diagnóstico, análise situacional e propostas de políticas públicas.
3. Relatório Final do estudo, entregue após o tratamento e incorporação das recomendações apontadas em seminário de apresentação dos resultados.

51.51.12 Subsídios em CT&I para uma Política de Segurança no Trânsito

O presente estudo foi demandada ao CGEE pelo então Ministro Aloizio Mercadante, em reconhecimento ao papel que a CTI pode desempenhar na solução de problemas graves enfrentados pela sociedade brasileira, dentre eles o da segurança no trânsito.

Teve por objetivo estudar os fatores associados à segurança no trânsito no País, do ponto de vista técnico e institucional, envolvendo a realização de um diagnóstico e a formulação de proposta de plano de ação multisetorial, com diretrizes e recomendações voltadas para a redução da acidentalidade viária no país, com ênfase para os aspectos de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Os principais resultados alcançados foram:

1. Amplo diagnóstico sobre a situação da acidentalidade viária do país e em alguns países selecionados (Colômbia, Argentina, Espanha, entre outros). Este diagnóstico evidencia a multiplicidade dos tipos de informação e dos atores envolvidos no controle

da acidentalidade viária, situação que o Brasil deverá enfrentar no aprimoramento do seu marco institucional nesta área.

2. Identificação de um conjunto expressivo de tendências tecnológicas sobre Segurança no Trânsito, com destaque para o desenvolvimento de sistemas de gestão e controle do trânsito e da acidentalidade, fazendo uso robótica e outras áreas de aplicação oriundas da mecatrônica, tecnologias de informação e comunicação.
3. Desenvolvimento de Modelo Conceitual de Negócio como subsídio fundamental para alimentar a tomada de decisão quanto à criação de uma Agência Nacional de Segurança no Trânsito – ANAST, instituição não existente no País, ainda que encontrada na maior parte dos países estudados, ainda que com formatos distintos do proposto por este estudo.
4. Parte substantiva do esforço dispendido nesta subação foi dedicada à identificação e priorização das principais áreas do conhecimento e das tecnologias, ambas consideradas nos seus aspectos transversais à problemática da acidentalidade viária, com vistas a orientar investimentos nesta área.

Os trabalhos foram conduzidos com expressiva participação de especialistas oriundos, principalmente, de: Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação (MCTI) e Núcleo de Estudos em Segurança do Trânsito (NEST) da Escola de Engenharia de São Carlos (EESC) da USP e Faculdade de Engenharia mecânica da UNICAMP. Colaboraram também, as seguintes instituições: Ministério da Educação e Cultura (MEC), Ministério dos Transportes (MT), Ministério das Cidades/DENATRAN, Ministério da Saúde (MS), Câmara dos Deputados, Polícia Militar do DF, Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (ABRAMET).

O Relatório final do estudo apresenta, ainda, uma descrição de uma visão de futuro para a segurança no trânsito no país, bem como a identificação dos subsídios para formulação de uma proposta de plano de ação multisetorial que contribua para a redução dos índices de acidentalidade viária atualmente observados em todas as regiões do País.

O CGEE pretende realizar em 2013 uma reunião com membros do poder executivo e legislativo, além de interessados no tema segurança no trânsito em geral, de forma a dar ampla visibilidade ao resultados alcançados e ampliar as possibilidades das recomendações feitas impactarem programas e políticas públicas na área estudada.

O principal produto da subação foi:

Subsídios em CT&I para uma política de segurança no trânsito. Relatório Final CGEE, 2012. 160 p.

51.51.16 Centro de altos estudos Brasil século XXI

Esta subação, iniciada em janeiro de 2012, visa promover a criação de um centro de estudos avançados intitulado "Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI", para realizar estudos de alto nível sobre temas estratégicos para o desenvolvimento brasileiro e formar quadros de direção e gestão estratégica do Estado para o Brasil e países da América Latina e África.

Os primeiros meses da subação foram destinados à articulação dos atores e ao desenho e detalhamento do plano de trabalho da fase preparatória para implantação do Centro, incluindo eventos e atividades de pesquisa. Esses atores incluem os institutos de economia da UFRJ e da UNICAMP e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL, que participaram conjuntamente no desenvolvimento do programa de trabalho do Centro em 2012. No total, foram realizados três seminários, sendo dois internacionais, e dois workshops. Todos os eventos foram transmitidos ao vivo pela internet e geraram relatórios conclusivos sobre os debates ocorridos.

Em junho, foi realizada a primeira parte do seminário internacional do Centro, com o tema "A Crise Financeira global e seus desdobramentos" Foram convidados diversos acadêmicos e profissionais para debater o tema, seus desdobramentos e impactos sobre desenvolvimento brasileiro. O Seminário foi realizado em Campinas, no Instituto de Economia da Unicamp, e teve a presença de estudantes, professores e demais interessados. A segunda parte do referido Seminário, foi realizada em setembro, no Instituto de Economia da UFRJ, que aprofundou o tema do evento, agora sob a ótica dos países emergentes, além de ter discutido o impacto da crise sobre o novo modelo de desenvolvimento em curso no Brasil e na América do Sul. Além da conclusão deste Seminário Internacional foram realizados no mês de outubro, em Brasília, dois workshops, um de cunho nacional e outro latino-americano. No primeiro, que contou com a participação ativa do Ministro da Educação, foram reunidos especialistas do tema educação para um "brainstorming" sobre uma possível revolução educacional no país e sua relação com o desenvolvimento científico-tecnológico, econômico e social do Brasil. No segundo workshop, o foco foi o compartilhamento das experiências de Aprendizagem e Capacitação Tecnológica na América Latina. Para tanto, foram apresentados e debatidos relatos de capacitação em países como Costa Rica, Cuba, Peru, México e Uruguai.

O último evento do ano foi o seminário intitulado "As Relações Sul-Sul da Perspectiva Estratégica Brasileira". Este seminário, ocorrido em novembro no Rio de Janeiro, contou com a participação de diplomatas, economistas e acadêmicos, que debateram ao longo de dois dias temas relacionados à política externa brasileira e às relações internacionais entre o Brasil e os países do sul, do ponto de vista de nossos interesses estratégicos e modelo de desenvolvimento.

No que tange à pesquisa, foram desenvolvidos e concluídos três estudos. O primeiro, sob a coordenação de professores do Instituto de Economia da Unicamp, versou sobre "As grandes

mudanças mundiais em curso e seus impactos sobre as possibilidades e as perspectivas de desenvolvimento do Brasil” tendo gerado dois relatórios sobre o tema, um com foco no efeito-China e outro sobre as tendências dos sistemas financeiros em diversos países. O segundo, elaborado por professores do Instituto de Economia da UFRJ, debruçou-se sobre o tema da inovação, fazendo uma análise dos sistemas e estratégias de inovação em países selecionados. Por fim, o último projeto de pesquisa analisou a projeção do Brasil na América do Sul e na África Subsaariana e o controle da Bacia do Atlântico Sul. Todos os projetos foram concluídos no período coberto por este relatório.

A criação do Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI foi uma demanda do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação ainda sob a gestão do Ministro Mercadante e mantida pelo Ministro Marco Antonio Raupp.

O mundo vive, no momento atual, uma profunda crise, de desdobramentos ainda imprevisíveis, que encerra um ciclo inaugurado nos anos 70 com as políticas de desregulação econômica, expansão dos mecanismos e fluxos financeiros à escala global e progressiva desativação dos mecanismos de intervenção econômica e proteção social, erigidos a partir da grande crise dos anos 30.

Os impasses gerados por essas políticas, explicitados pelo crash de 2008 e a recessão que desde então se instalou nos centros mais avançados do capitalismo mundial, não foram ainda equacionados e, ao que tudo indica, dificilmente poderão sê-lo a partir da matriz doutrinária que sustentou o processo de liberalização econômica e financeira e dominou o pensamento econômico nas últimas décadas.

O Brasil vem construindo, nos últimos anos, um novo padrão de desenvolvimento fundado no tripé estabilidade macroeconômica/crescimento acelerado com inclusão social e redução das desigualdades sociais e regionais/reposicionamento dos papéis do Estado e do mercado na regulação da economia e indução do desenvolvimento econômico e social. No entanto, aprofundar esse caminho, dentro do quadro incertezas que hoje caracteriza o cenário internacional e das novas condições de concorrência impostas pela emergência da China como potência econômica coloca desafios não triviais em diversas frentes, entre as quais a educação e desenvolvimento tecnológico, certamente, são das mais relevantes.

As questões envolvidas nessa agenda de desenvolvimento são extremamente complexas e requerem um esforço sistemático e interdisciplinar de análise da realidade e de rearticulação e fortalecimento da capacidade técnica das instituições estatais encarregadas do planejamento, formulação e gestão das estratégias e políticas públicas que sustentarão a construção desse novo modelo de desenvolvimento do país.

O Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI se insere, nesse contexto. A iniciativa de criar um centro com as características do proposto nessa subação, com caráter complementar aos já existentes na área acadêmica e voltado prioritariamente para o suporte e aperfeiçoamento das políticas públicas e a formação de quadros de direção e assessoria superior do Estado

constitui, em si mesma, uma contribuição relevante do CGEE ao esforço de fortalecimento da capacidade técnico-institucional do país para enfrentar os desafios internos e externos ao seu desenvolvimento.

Embora a magnitude dessa agregação de valor dependa da dinâmica que se possa imprimir à implantação e desenvolvimento das atividades do Centro, nessa primeira fase preparatória, em 2012, foi possível avançar em duas direções: i) a articulação e coordenação de esforços de dois importantes centros acadêmicos – os institutos de economia da UFRJ e da UNICAMP – e de uma prestigiosa organização internacional, a CEPAL; e ii) a inclusão efetiva dos temas ligados à educação e à C,T&I na agenda de debates das perspectivas e caminhos do desenvolvimento brasileiro.

As atividades do Centro têm significativo impacto potencial sobre as políticas públicas e o SNCTI, que tende a se evidenciar na medida em que, concluída a presente fase preparatória, se materialize a implantação do Centro e o desenvolvimento da área de capacitação prevista em seu programa de trabalho.

Entre os principais produtos gerados pelo Centro nessa etapa preparatória, cabe destacar os seguintes relatórios de pesquisa:

1. As grandes mudanças mundiais em curso e seus impactos sobre as possibilidades e perspectivas de desenvolvimento do Brasil.
2. As fronteiras do conhecimento e da inovação: oportunidades, restrições e alternativas estratégicas para o Brasil.
3. Brasil, América Latina e África: convergências geopolíticas e estratégias de integração.

Informações sobre as Atividades da Linha de Ação 1

51.31.80 Atividade - Recursos Humanos para CT&I

Meta: Atualizar e disponibilizar eletronicamente dados estatísticos referentes aos mestres e doutores no Brasil no Censo 2010

Prazo: 31/12/2012

Peso: 0,25

O objetivo da atividade é desenvolver estudos e análises sobre a dinâmica da formação de recursos humanos qualificados e suas principais características. No último Termo Aditivo contratual, a atividade ficou responsável por uma das metas destacadas, a de produção e divulgação no sítio do Centro, na web, de um conjunto de tabelas sobre os mestres e doutores no Brasil, o que foi plenamente cumprido. A iniciativa do CGEE tem um expressivo conjunto de demandantes e interessados, a começar pelos parceiros do estudo, a Capes/MEC e o CNPq.

O CGEE buscou nessa Atividade, no período, consolidar e ampliar o sistema de informação que vem sendo construído, a fim de gerar, de forma contínua e sistemática, dados estatísticos e análises sobre os recursos humanos para Ciência Tecnologia e Inovação, como subsídio às políticas do setor. Durante o ano de 2012, foi fortalecida a equipe com a incorporação de estatísticos qualificados ao quadro fixo do CGEE. E implementamos um conjunto expressivo de atividades de apropriação e tratamento de novas bases de dados.

No campo das parcerias institucionais, novos acordos possibilitaram reforçar o acesso a estatísticas do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e da Capes (atualização das bases do ColetaCapes 2010 e 2011). Também outras bases de livre acesso foram adquiridas e utilizadas no período (RAIS 2010 não identificada - MTE), microdados do Censo Demográfico 2010 (IBGE), Censo Educacional 2011 (INEP). Houve também o desenvolvimento de ferramenta para georeferenciamento das informações, abrindo a possibilidade de se avançar nos estudos sobre mobilidade, previstos para 2013.

A atividade avançou na análise dos microdados do Censo Demográfico 2010 acerca dos mestres e doutores e dos brasileiros de todos os níveis educacionais, uma inovação que nos possibilitou contar, pela primeira vez, com um panorama abrangente da educação da população brasileira em todos os níveis e um referencial sobre o universo de mestres e doutores atuantes no País.

Estudos ou relatórios estatísticos suplementares foram produzidos no período, tais como:

- a) Relatório estatístico sobre mestres e doutores titulados na área de física em apoio ao estudo “A Física e o desenvolvimento Nacional”, realizado pelo CGEE em parceria com a Sociedade Brasileira de Física;
- b) Estudo exploratório sobre Formação e Emprego de Pessoal Pós-Graduado em Áreas e Temas relacionados ao Meio Ambiente, que serviu como estudo piloto no desenvolvimento de metodologias para tratar com recortes não disciplinares;
- c) Estatísticas preliminares sobre Mestres e Doutores residentes no estado de Alagoas, geradas para apoiar o desenvolvimento do Plano Estadual de CT&I daquele estado; e
- d) Estatísticas preliminares sobre a formação no ensino técnico e profissional (Censo Escolar 2011) e sobre as Ocupações (CBO), segundo a RAIS 2010, geradas para subsidiar as discussões preparatórias para subação com o MEC sobre a formação técnica e profissional no Brasil.

Grande esforço foi realizado na divulgação dos resultados alcançados até então, o que incluiu:

- a) o livro *Mestres 2012: Estudos da demografia da base técnico-científica brasileira*, que apresenta várias dimensões desse segmento como os programas de formação, perfil dos egressos e condição de emprego (dados 1996–2009 do ColetaCapes do MEC e RAIS 2009), e inclui o capítulo “Mestres, doutores e os brasileiros de todos os níveis educacionais: Revelações do Censo Demográfico 2010”; e

- b) Desenvolvimento de site na página do Centro na internet, ainda em estágio experimental, para tornar mais atraente e fácil o acesso aos dados (<http://www.cgEE.org.br/hotsites/doutores/doutoreslink.php>).

A atividade tem sido reconhecida por toda a comunidade de CT&I como produtora de uma contribuição indispensável ao debate das políticas de Formação de Recursos Humanos no País. O impacto da Atividade é visível. As principais publicações repercutem amplamente na mídia do País, como atestam inúmeras matérias de jornais publicadas no período. Os principais dirigentes das agências de fomento utilizam largamente seus dados e informações como referência para alicerçar suas posições nas discussões nos principais eventos nacionais sobre a pós-graduação brasileira.

Por fim, os dados da primeira publicação de folego da Atividade, “Doutores 2010”, foram adotados pela mais importante publicação internacional no tema, a conceituada Science & Engineering Indicators 2012, da National Science Foundation norte-americana, que citou expressamente como fonte o estudo do CGEE.

Listagem dos principais produtos finais

1. A formação e o emprego dos mestres no Brasil. (Produto 2). In: Atividade - Recursos Humanos para CT&I. Brasília: CGEE, 2012. 13p.
2. Mestres, doutores e os brasileiros de todos os níveis educacionais: revelações do censo 2010. (Produto 1). In: Atividade - Recursos Humanos para CT&I. Brasília: CGEE, 2012. 38p.
3. Relatório das atividades desenvolvidas em 2012. In: Atividade - Recursos Humanos para CT&I. Avaliação de Programas em CT&I. Brasília: CGEE, 2012. 14p.
4. Relatório estatístico sobre os mestres e doutores titulados na área de física. In: Atividade - Recursos Humanos para CT&I. Brasília: CGEE, 2012. 45p.
5. Formação e emprego de pessoal pós-graduado em áreas e temas relacionados ao meio ambiente. In: Atividade - Recursos Humanos para CT&I. Brasília: CGEE, 2012. 15p.

51.31.81 Atividade - Indicadores de Inovação

Meta: Implantar sala de situação nas dependências do CGEE, de acesso restrito, para a manipulação de dados e produção de indicadores de inovação

Prazo: 31/12/2012

Peso: 0,25

O objetivo principal da Atividade “Indicadores de Inovação” foi o de organizar no CGEE um núcleo de informações que permitisse contribuir no monitoramento e avaliação das políticas de

ciência, tecnologia e inovação (CT&I) no Brasil. A atividade também contou com a responsabilidade de atender a uma meta contratual, inscrita no TA vigente, acerca da efetiva implantação da sala de acesso restrito para manipulação dos dados e aquisição dos equipamentos e software básico para tratamento dos microdados. Isso foi atendido plenamente com a entrada em funcionamento dessa sala no primeiro semestre de 2012.

A Finep foi o principal demandante da subação que deu origem a essa Atividade do Centro, mas naturalmente outros atores e instituições do sistema nacional de inovação são potenciais interlocutores, como o MCTI, o BNDES, e especialistas no tema.

Os resultados da Atividade a futuro deverão contribuir para o acompanhamento sistemático dessas ações no Brasil, especialmente no âmbito do Plano Brasil Maior e da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI). A ambição é oferecer uma contribuição relevante para os diversos atores do sistema, posto que deva facilitar os processos de avaliação e conferir maior transparência às políticas de apoio à inovação no Brasil.

Nas metas previstas no âmbito dessa Atividade para 2012, foram realizadas as seguintes atividades:

1. Montagem da sala para manipulação dos dados (ou sala de estatística) que está em funcionamento, dispondo de três computadores (dos quatro inicialmente previstos), que trabalham conectados a um servidor dedicado ao projeto (o servidor foi obtido especificamente para esse fim);
2. Aquisição de uma cópia do software SAS;
3. Contatos com o Banco Central para acesso a bases de dados daquela instituição
4. Foram desencadeados internamente, pelas equipes do Centro, os trabalhos de análise e preparação dos microdados obtidos nas seguintes bases de dados: a) Emprego - Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (anos 2008-2011); b) Mestre e Doutores – Coleta Capes (1996-2009); c) Dispêndios do MCTI (2005-2012); d) Fundos Setoriais (2005- 2012) e) Censo Demográfico (IBGE) 2000 e 2010.

A Atividade ainda não gerou impactos significativos, posto que teve por foco, em 2012, a montagem das equipes e das facilidades necessários ao deslanche dos trabalhos, bem como algumas incursões preliminares de viabilização do acesso a outras bases de dados pelo Centro.

Destaques em 2012 da Linha de Ação 2 – Articulação

O grande destaque nesta linha de ação em 2012 foi, sem dúvida, o intenso trabalho que o Centro está fazendo em função dos compromissos e desdobramentos derivados da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável - Rio + 20. Isto exigiu um forte engajamento da equipe técnica do CGEE e de outros especialistas convidados na

preparação de estudos, articulação de ações conjuntas com instituições internacionais e na preparação de publicações, dentre as quais se destacam o livro “Economia verde para o desenvolvimento sustentável” e o número especial (35) da revista Parcerias Estratégicas.

Cabe ainda mencionar em destaque o papel desempenhado pelo CGEE na ampliação das relações do International Institute for Applied Systems Analysis – IIASA, com sede em Laxemburg – Áustria, com instituições nacionais, em particular com o INPE e o Cemanden. Como parte deste trabalho, o Centro organizou com o IIASA e o INPE o workshop sobre os impactos das emissões de gases de efeito estufa - GEE devido a alterações no uso da terra, que contou com expressiva participação de especialistas do Brasil e do exterior e traçou as bases da cooperação futura entre instituições nacionais com o IIASA.

Informações sobre a subação concluída na Linha de Ação 2

Meta: Concluir 01 (uma) subação

Prazo: 31/12/2012

Peso 0,25

52.11.1 Agendas estratégicas de CT&I globais

Esta subação foi demandada ao CGEE pelo então Ministro Sérgio Machado Rezende ao perceber, em contatos com a direção do International Institute for Applied Systems Analysis – IIASA, com sede em Laxemburg - Áustria, o potencial de interação de pesquisadores e grupos de pesquisa nacionais com a rede internacional de pesquisa mobilizada por meio da agenda conduzida por este Instituto.

Seguindo orientações do gabinete do Ministro, o CGEE realizou gestões junto à direção do IIASA em 2010 que levaram à filiação do Brasil ao IIASA, em 2011. Este passo, materializado por meio de acordo de cooperação firmado entre o CGEE e o IIASA, permitiu que fossem encaminhadas as seguintes atividades de cooperação com esse Instituto:

- a) Estabelecimento das bases de um programa de treinamento em nível de pós-doutorado de dois pesquisadores brasileiros em sistemas de gerenciamento e análise de riscos climáticos com ênfase para prevenção de eventos de deslizamento de terra, cujos editais de seleção foram divulgados ao longo do primeiro semestre para seleção de potenciais candidatos;
- b) Organização de workshop sobre os impactos das emissões de gases de efeito estufa - GEE devido a alterações no uso da terra.

No que diz respeito ao item 01, a seleção de candidatos a pós-doutoramento no IIASA tem se apresentado mais demorada do que inicialmente previsto e, até o final de dezembro ainda não havia sido concluída. Prevê-se que este processo seja concluído ao longo do primeiro semestre de 2013, já dentro do escopo de nova Atividade aprovada no 5º TA (Inserção do CGEE em agendas internacionais) e dentro de termos de referência elaborados em conjunto com a SEPED-MCTI e de acordo com necessidades de formação de pessoal identificadas junto à atual direção do Cemaden.

No tocante ao item 02, o workshop sobre o tema "influência de emissões de gases de efeito estufa - GEE devido a alterações no uso da terra" foi realizado nos dias 12 e 14 de setembro e contou com a participação de 26 especialistas, entre nacionais e internacionais. O relatório produzido servirá de base para uma agenda de pesquisa a ser, eventualmente, implementada por pesquisadores de instituições nacionais e do IIASA.

A continuidade da cooperação de pesquisadores e grupos de pesquisa nacionais com o IIASA dependerá de articulações futuras a serem feitas entre o CGEE e a SEPED/MCTI ao longo do primeiro semestre de 2013. São esperados impactos positivos nas áreas de previsão de acidentes naturais, mudanças climáticas globais, energia e modelos de gestão do uso da terra.

Informações sobre a Atividade da Linha de Ação 2

Meta: Elaborar documento "Economia verde para o desenvolvimento sustentável"

Prazo: 31/12/2012

Peso 0,25

52.11.80 Atividade - Inserção do CGEE em agendas Internacionais

A atividade objetivou contribuir para a produção de reflexões e a formulação de estratégias relacionadas com as políticas de CT&I e de desenvolvimento do País, em especial no campo dos temas de interesse global nos quais o Brasil se posiciona como grande protagonista.

Entre as atividades realizadas, sobressaem-se:

1. A publicação dos resultados dos trabalhos do Centro sobre economia verde no livro "Economia verde para o desenvolvimento sustentável. Brasília, CGEE, 2012;
2. A participação do CGEE em projetos e eventos internacionais, tanto em articulação com organismos governamentais brasileiros, como no âmbito de acordos de cooperação com entidades estrangeiras congêneres, onde se destacam:

- a) "Low-carbon society research network - LCS-RNet", com o Centre International de Recherche sur l'Environnement et le Développement (Cired), em Oxford, Reino Unido, setembro de 2012;
- b) "MDGs and SDGs - Shaping the Post 2015 Agenda", com o Institut du Développement Durable et Relations Internationales (IDDRI), em Paris, França, outubro de 2012;
- c) "Transformation of Natural Resources Industries in Latin America: Which Alternative Pathways?", com o International Development Research Centre (IDRC), em Santiago, Chile, outubro de 2012;
- d) "Pathways to sustainable growth", com a Swedish Agency for Growth Policy Analysis (GA), em Estocolmo, Suécia, em outubro de 2012;
- e) Reuniões de trabalho na Comissão Europeia (EC), Diretoria de Política Regional, em Bruxelas, Bélgica, em outubro de 2012;
- f) "18ª Conferência das partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CoP18)", integrando a delegação brasileira, em articulação com Itamaraty, MMA e MCTI, nos temas de Mitigação, Adaptação e Mecanismo Tecnológico, em Doha, Qatar, novembro de 2012.

Em decorrência dos resultados e compromissos assumidos pelos países na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (UNCSD), iniciou-se negociações em torno da seleção dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

No contexto das ações internacionais pós-Rio+20, o CGEE tem participado ativamente de iniciativas em curso, tais como:

- a) Estruturação do Centro Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (Centro Rio+), instituição de caráter internacional, com a missão de constituir um dos centros de referência na promoção do desenvolvimento sustentável em todo o mundo, em articulação com Itamaraty, Pnud e Pnuma;
- b) Desenho do projeto internacional "*Approach to ensuring a global and inclusive governance of sustainable development*", com o IDDRI, o GA e o *Valdes Tokyo Institute of Technology*.

Como na Atividade anterior, o impacto dos trabalhos dessa atividade é por definição mais interno e difuso, ou seja, reflete-se ou é influenciado por outras iniciativas do CGEE. Esse é, por exemplo, o caso da publicação sobre a economia verde, resultante da subação homônima.

Listagem dos principais produtos finais:

1. Atividade – inserção do CGEE em agendas internacionais. Relatório Parcial. Brasília: CGEE, 2012. 9p.
2. Economia verde para o desenvolvimento sustentável. Brasília: CGEE, 2012. 228p.

Destaques em 2012 da Linha de Ação 3 – Apoio à Gestão Estratégica do Sistema nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

Em 2012, o CGEE concluiu cinco subações nessa Linha de Ação de um total de quatro pactuadas com o órgão Supervisor do Contrato de Gestão (MCTI). Dentre estas, destaca-se a criação de um espaço virtual de debates sobre a realidade social do Brasil contemporâneo e do seu entorno internacional, denominado Rede de Temas Estratégicos para o Desenvolvimento Brasileiro - RedeD. A equipe do CGEE contribuiu decisivamente para a concepção da RedeD, a identificação de temas e animação dos debates sobre temas de interesse estratégico e para a divulgação dos aspectos enfocados pela RedeD, a partir de sítio na internet desenvolvido pelo Centro especificamente para este fim.

No que se refere às CGEE à gestão e desenvolvimento de plataformas eletrônicas de inovação, dois destaques são apontados: o primeiro diz respeito à criação no CGEE de uma Unidade de Projetos, composta por equipe de especialistas em gestão de informação e conhecimento e desenvolvimento e avaliação da qualidade de software. Trata-se de uma estrutura técnico-gerencial que visa organizar e estabelecer padrões de execução para projetos de desenvolvimento de plataformas eletrônicas por demanda de agentes internos e externos; o segundo destaque relaciona-se ao intenso e desafiador envolvimento do CGEE na concepção e desenvolvimento da Plataforma Aquarius. Trata-se de projeto inovador de pesquisa e desenvolvimento que visa dar ampla transparência às ações desenvolvidas no âmbito do MCTI (dispêndios, convênios, bolsas de estudo, produção científica e tecnológica e fundos setoriais), além de facilitar a modernização e automação de processos internos do MCTI de grande importância estratégica para o País, tal como o processo de concessão de incentivos fiscais da lei de informática.

Por fim, deve-se destacar o crescente apoio que o CGEE dá ao Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia – CCT, por meio da realização de estudos e organização de eventos de acordo com demandas expressa pela coordenação das cinco Comissões do Conselho. Temas como disponibilidade e qualidade da água, biotecnologia, infraestrutura de pesquisa e instrumentos de apoio à inovação estão na pauta de discussão.

Informações sobre as subações concluídas na Linha de Ação 3

Meta: Concluir 04 (quatro) subações

Prazo: 31/12/2012

Peso 2,15

53.5.5 Rede de temas estratégicos para o desenvolvimento brasileiro

Esta subação, demanda ao CGEE pela Secretaria Executiva - SECEX do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, teve como objetivo o de promover, mediante a criação de um *locus* virtual, um debate amplo, sistemático e qualificado sobre a realidade social do Brasil contemporâneo e do seu entorno internacional e sobre as possibilidades e alternativas que se abrem para o país no contexto da atual crise mundial, que possa contribuir à formulação de estratégias e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento brasileiro. Tem como objetivos específicos a criação de uma rede virtual de pesquisadores para tratar temas estratégicos para o desenvolvimento brasileiro e desenvolver estudos e pesquisas nessa área.

No primeiro semestre foi desenvolvido e implantado o “site” da Rede, denominado RedeD, construído pelo CGEE contendo espaços para “propostas de políticas” onde estão alocados artigos sobre o tema; e setoriais “textos para discussão” sobre o desenvolvimento do Brasil e da América Latina, colocando-os em discussão entre os membros inscritos na RedeD; “biblioteca temática” com artigos de livros, específicos com a abordagem desenvolvimentista; “atualidades” com entrevistas e opiniões de autores desenvolvimentistas; “ensino e pesquisa” espaço destinado aos resultados de projetos de pesquisa sobre os diversos campos e temas abordados pela RedeD e na parte de ensino com um link para a Rede Brasileira de Ensino de Desenvolvimento Econômico; “fórum” de debates onde estão e serão postadas as opiniões de outros autores e pesquisadores sobre os artigos e temas em discussão na RedeD.

Nos dias 8, 9 e 10 de maio de 2012 foi realizado o seminário denominado “Desenvolvimento e Crise Global: impactos no Brasil e na América Latina” no qual participaram 47 especialistas, tendo sido debatidos os seguintes temas: Estratégias de Desenvolvimento, Estado e mercado; Evolução da ordem global: implicações internacionais; Evolução da ordem global: implicações regionais; Nova divisão internacional do trabalho, industrialização e desenvolvimento; Meio ambiente, infraestrutura e desenvolvimento nacional, regional e urbano;- Financiamento externo e interno do desenvolvimento; e, Mercado de trabalho, políticas sociais e distribuição de renda.

No período, a RedeD foi aperfeiçoada para atender aos seus usuários e consolidada. Na data de encerramento da subação a rede virtual estava montada e operante, contendo cerca de 200 (duzentos) especialistas inscritos; dez temas-propostas de políticas; nove textos para discussão; Biblioteca Temática com 20 arquivos sobre a “Dinâmica e crise da Ordem Global: o centro”; 34 arquivos sobre a “Dinâmica e Crise da Ordem Global: a periferia”; 32 arquivos sobre “Estratégias para o Desenvolvimento Brasileiro: Estado e Mercado”; 24 arquivos sobre “Commodities, Industrialização e Desenvolvimento”; sete arquivos sobre “Infraestrutura e Desenvolvimento Regional e Urbano”; 16 arquivos sobre “Financiamento Externo e Interno do Desenvolvimento”; 16 arquivos sobre “Mercado de Trabalho, Políticas Sociais e Distribuição de Renda”; 13 arquivos sobre “Regimes de Política Macroeconômica”; Atualidades, com 38 arquivos com informações sobre diversos temas do desenvolvimento; Ensino e Pesquisa com um rede interligada; e o Fórum de debates, com nove textos em discussão.

A retomada do desenvolvimento econômico brasileiro, após 2004, sucedendo um longo período de baixo dinamismo, coloca em pauta temas estratégicos importantes, relativos às alternativas e obstáculos que se põem à sua continuidade e que terão de ser equacionados por uma nova política econômica de conteúdo desenvolvimentista. Há dessa perspectiva duas dimensões distintas e articuladas: a doméstica e a internacional, que se combinam para definir alguns desafios particulares ao desenvolvimento brasileiro contemporâneo.

Essa retomada se inicia pelo impulso dado à economia pelas exportações líquidas, decorrentes em grande medida do ciclo de preços das commodities. Como é comum ocorrer na economia brasileira, rapidamente a demanda externa perde o seu protagonismo, sendo substituída pela demanda doméstica, embora o saldo comercial positivo tenha sido a marca de todo o período. O fator crucial do crescimento recente foi, de fato, o consumo das famílias, tanto o autônomo resultante da ampliação substancial do acesso popular ao crédito, ou da melhora da distribuição da renda, quanto o induzido pelo aumento da massa salarial.

A sustentação do desenvolvimento por meio de um modelo calcado na ampliação do consumo de massas, apesar de viável numa economia periférica, requer um perfil de política econômica que recupere o papel do investimento autônomo como fonte primordial do crescimento. Isto supõe, de um lado, a ampliação da infraestrutura econômica e social e, de outro, o esforço de diferenciação da estrutura produtiva na direção dos setores mais avançados do ponto de vista tecnológico. Torna necessário, e mesmo, imprescindível, o aperfeiçoamento dos mecanismos domésticos de financiamento em longo prazo. Ademais, supõe também a mudança de qualidade no consumo popular por meio da incorporação mais efetiva da sua dimensão pública com a ampliação da oferta de bens públicos como saúde, educação, habitação de interesse social, mobilidade urbana e proteção do meio ambiente, dentre outros.

No âmbito dessa problemática, pode-se definir um conjunto de temas estratégicos cruciais ao desenvolvimento brasileiro, que constituem a matéria prima das atividades da presente subação.

A contribuição do CGEE na organização e realização de dois seminários e na implantação e ampliação do sítio da Rede na internet foram decisivas para consolidar a articulação dos diversos pesquisadores e instituições participantes no debate sobre o desenvolvimento brasileiro e disseminar as informações relativas aos vários aspectos dessa temática.

O impacto desse tipo de subação está ligado à consolidação da rede que foi criada, à qualidade e abrangência dos debates que nela sejam promovidos, à pertinência das propostas deles resultantes dentro do quadro político prevalecente e ao grau de disseminação e repercussão que possam esses debates e propostas. Isso supõe que a rede transcenda o âmbito acadêmico e envolva outros atores da sociedade civil.

Principais produtos do estudo, além da implantação material da Rede, foram o documento básico elaborado para pautar as discussões nos eventos realizados e o relatório contendo a

descrição das atividades de seleção e preparo dos textos para a edição de dois livros, em colaboração com o IPEA.

53.5.9 Subsídios técnicos para o CCT

Esta subação teve como objetivo elaborar, por demanda do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT) e suas comissões, estudos que sirvam como subsídios técnicos para o trabalho do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT) e de suas comissões.

O Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT) constituiu, para assessorá-lo, as seguintes Comissões: (I) Promoção da inovação, (II) Novo padrão de financiamento público para o desenvolvimento científico e tecnológico, (III) Fortalecimento da pesquisa e da infraestrutura científica e tecnológica, (IV) Formação e capacitação de recursos humanos, e (V) C&T para o desenvolvimento social e divulgação da ciência.

Nesse contexto, e com base no Termo de Referência (TR) da Subação, os principais subsídios técnicos prestados ao CCT foram:

Comissão I – elaboração de uma análise das Políticas Nacionais de Inovação de diversos países com o objetivo de estabelecer parâmetros de comparação com a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015. Foram selecionadas as políticas de inovação atualmente implementadas nos Estados Unidos, no Reino Unido e na Coréia do Sul, em função dos Sistemas Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação desses três países apresentarem contrastes relevantes com o caso do Brasil. A análise comparativa procurou extrair conclusões sobre: a) as razões de cada país para estabelecer a inovação como foco da política; b) características gerais dos respectivos Sistemas Nacionais de CTI; c) prioridades das estratégias nacionais; d) mecanismos de governança e recursos alocados; e) instrumentos de monitoramento. A síntese dos resultados da análise comparativa, na forma de apresentação de slides, foi encaminhada à Comissão e apresentada em reunião realizada no dia 14/09/2012. Por solicitação da Secretaria do CCT foi realizada uma apresentação adicional em reunião da Comissão II em 19/09/2012.

Comissão II – elaboração de uma síntese de documentos disponíveis no CGEE e transcrição em apresentações de slides sobre o tema Novos Padrões de Financiamento para PD&I. O material foi oferecido ao coordenador desta comissão no CCT, Mário Neto Borges, para apoiar o delineamento de ação preparatória à reunião do CCT em fevereiro de 2013.

Comissão V - criação de um grupo de trabalho dedicado à questão das águas, com o objetivo de preparar um documento a ser entregue ao Ministro de CT&I e à Presidenta da República em que se apresentassem possíveis respostas aos principais desafios que a questão das águas coloca aos Programas de Governo, como por exemplo, “Água para todos”. Em particular, projetos voltados a (i) produzir testes para uso popular capazes de detectar a contaminação da

água de uso alimentar; (ii) localizar ou desenvolver sistemas de purificação e filtragem da água de fácil operação, boa qualidade e preços populares.

O CGEE tem apoiado, também, o Comitê de Biotecnologia do CCT na elaboração de uma proposta de política para a área de Bioeconomia. Foram identificados aspectos críticos para a estruturação da política: Regulamentação, Infraestrutura e Recursos Humanos. Foram, também, identificados temas prioritários: Biofármacos e Vacinas (CCT) e Bioenergia (MCTI).

Os principais produtos foram:

1. Apresentação do trabalho “Estratégias de Inovação Comparadas – Estados Unidos, Reino Unido e Coréia” nas reuniões das Comissões I e II do CCT realizadas, respectivamente, em 14/09/2012 e 19/09/2012.
2. Reunião Comissão V – Potabilidade da Água, realizado em 24/10/2012, Brasília, DF – Objetivo: Oferecer subsídios para a preparação de documento para a Comissão V do CCT na questão da Potabilidade da Água.
3. Reunião Comissão V – Potabilidade da Água, realizado em 08/11/2012, Brasília, DF – Objetivo: Obter subsídios para o estudo de desenvolvimento de sensores para a potabilidade da água, de interesse da Comissão V do CCT.

53.8.2 Desenvolvimentos Incrementais do Portal Inovação [Ambientes NIT, Recorte Biotecnologia (PDP) e Sibratec]

O Portal Inovação foi iniciado em 2005 por demanda do Secretário Executivo do MCTI à ocasião, Luís Manuel Rebelo Fernandes, a partir de uma experiência congênere bem sucedida conduzida no Estado da Bahia e que se pretendia tornar nacional. Tem como objetivo principal a criação e a manutenção de um serviço de governo eletrônico que promova a interação entre os atores do SNCTI no encontro de demandas e ofertas por tecnologia.

Desde então, o Portal Inovação tem passado por evoluções nos serviços prestados ao SNCTI. No ano de 2012 foram executadas quatro atividades: a primeira, por demanda do MCTI, referente às especificações de uma plataforma eletrônica que ampliasse o escopo de informações sobre empresas participantes do SNCTI; a segunda, também por demanda do MCTI, por intermédio da SETEC, com vistas ao desenvolvimento de um sistema de informação que permitisse acompanhar o desenvolvimento do Sibratec. As outras duas foram conduzidas por iniciativa do próprio CGEE e em articulação com a ABDI (operadora do Portal Inovação) com vistas a aumentar o desempenho operacional dos sistemas do Portal Inovação, com a mudança de gerenciador de bases de dados, e permitir ao mesmo conectar-se com as principais redes sociais da web.

No que se refere à primeira atividade, depois de concluídas as etapas iniciais de especificação, a direção do CGEE decidiu por não dar continuidade ao desenvolvimento das funcionalidades

da então chamada Plataforma Mauá com o atual prestador de serviços contratado pelo Centro. Os próximos passos serão dados pela equipe interna do Centro com o concurso de novos prestadores de serviços para o desenvolvimento da arquitetura e das funcionalidades da mencionada Plataforma buscando-se, onde couber, sua integração com o Portal Inovação. Este trabalho está sendo conduzido de forma integrada ao desenvolvimento de indicadores que permitam o monitoramento da atividade inovativa nas empresas brasileiras, aspecto que está sendo conduzido por meio de outra subação do Contrato de Gestão.

No caso da integração do Portal Inovação às redes sociais, forma concluídos no período sob avaliação os protótipos funcionais da integração do Portal ao LinkedIn e Facebook, com o objetivo de ampliar as possibilidades de interação e disseminação da plataforma entre os diferentes atores do SNCTI. Prevê-se para 2013 a entrada em operação das funcionalidades desenvolvidas.

As bases de dados do Portal Inovação foram totalmente migradas para o novo SGBD do Portal (IBM-DB2). Prevê-se para o início de 2013 a homologação das funcionalidades do Portal Inovação nesse novo ambiente.

Finalmente, em relação ao Sibratec, concluiu-se o desenvolvimento do sistema de informação do Sibratec para o componente de serviços tecnológicos. Este sistema encontra-se em fase de final homologação pelas equipes técnicas do CGEE e do MCTI-SETEC, para que seja possível a inserção, no novo sistema, dos dados dos serviços prestados pelas redes do programa Sibratec. Ainda neste período, foi dado início à especificação do sistema de informação para o componente: extensão tecnológica do Sibratec.

A continuidade das ações de fortalecimento e aprimoramento do Portal Inovação serão, doravante, conduzidas no âmbito da Atividade - Desenvolvimento e atualização de plataformas eletrônicas em CT&I, conforme aprovado no 5ºTA ao Contrato de Gestão.

São esperados impactos positivos na usabilidade das funcionalidades novas e existentes do Portal Inovação a partir dos aprimoramentos feitos em 2012, especialmente no que se refere ao emprego do novo gerenciador de bancos de dados e da entrada em operação do sistema Sibratec.

53.8.3 Gestão Estratégica da Informação em CT&I - Plataforma Aquarius

A demanda por uma plataforma de governo eletrônico que ampliasse a transparência das ações de CTI foi apresentada ao CGEE pelo então Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação Aloizio Mercadante. Visava criar um espaço na web que apresentasse em detalhes os dispêndios gerais sob a responsabilidade deste Ministério e, em particular, os dispêndios associados aos Fundos Setoriais e aos Convênios firmados no âmbito do MCTI. Além disso, a plataforma, posteriormente denominada "Aquarius", almeja modernizar e automatizar

processos administrativos internos com o uso de tecnologia de ponta que resultasse em ganhos de produtividade e melhor relação destes processos com seu público usuário.

A partir da pesquisa conduzida nas fases iniciais da Plataforma Aquarius, foi possível a proposição e consolidação de uma arquitetura de componentes tecnológicos e definição de serviços de informação a serem prestados pela Plataforma, transcritos em um Relatório de Pesquisa que evidencia o caráter inovador e desafiador do que se pretende alcançar.

São poucos os sistemas de governo eletrônico no mundo com o potencial que a Aquarius possui de disponibilizar informações confiáveis para o público em geral sobre dispêndios em CT&I, com amplas possibilidades de desdobramento das suas funcionalidades para outros setores de ação governamental. Os processos em fase de modernização e automação, como os de compras, gestão de frota, entre outros, têm grande potencial de impactar a gestão de outros ministérios ou órgãos públicos, com conseqüente ampliação dos ganhos em eficiência na gestão pública. Resultados preliminares apresentados a esferas superiores da administração federal (MPOG, MEC, Casa Civil), inclusive apresentação feita pelo Secretário Executivo do MCTI ao Sr Jorge Gerdau, indicam possibilidades concretas de ampla utilização da Aquarius ou variantes desta na administração pública.

Na sua primeira fase de pesquisa e desenvolvimento, a Aquarius disponibilizará 5 painéis de conhecimento (Dispêndios, Fundos Setoriais, Bolsas, Convênios e Produção Científica e Tecnológica), que tem previsão de entrada em operação no início de 2013. Os processos de Concessão de Incentivos pela lei de Informática, Gestão de Frotas e Compras Governamentais foram priorizados pelo MCTI para o início da modernização interna desse ministério por meio da Plataforma Aquarius e também entrarão em operação no início de 2013.

A continuidade das ações novas de desenvolvimento e de aprimoramento das funcionalidades existentes da plataforma Aquarius serão, doravante, conduzidas no âmbito da Atividade - Desenvolvimento e atualização de plataformas eletrônicas em CT&I.

A plataforma Aquarius já pode ser acessada em www.aquarius.mcti.gov.br para visualização dos serviços de governo eletrônico sendo ofertados à sociedade.

53.11.6 Fortalecimento e consolidação dos Institutos de Pesquisa do MCTI

O objetivo inicial desse estudo, tal como descrito no Termo de Referência (2011), previa (a) analisar a inserção das agendas de pesquisa e desenvolvimento (P&D) das UP/MCTI no esforço nacional de P&D sobre questões estratégicas relevantes para o País; (b) identificar eixos de articulação de esforços em CT&I nos quais sejam necessárias ações convergentes das UP/MCTI, com vistas à solução de questões estratégica relevantes para o desenvolvimento do País; e (c) identificar as iniciativas necessárias ao fortalecimento da infraestrutura e da instrumentação científica de pesquisa das UPs, no sentido de sua plena capacitação para o desempenho de suas competências essenciais no contexto das questões

estratégicas de interesse para o País. Em particular, com relação ao objetivo “c”, vale ressaltar os esforços realizados pelo MCTI na direção de recompor o quadro de funcionários e adaptar as condições estruturais de cada uma das UPs. Sendo assim, o objetivo deste trabalho concentrou-se no estudo sobre o realinhamento das estratégias de CT&I das UPs com os esforços recentes estabelecidos, na área, pelo governo brasileiro.

Ao longo de 2012, com mudanças nas diretrizes da demanda original por parte do MCTI, o papel do CGEE foi substancialmente alterado de forma a se limitar a acompanhar atividades emergenciais de apoio aos Institutos de Pesquisa, dentre as quais se mencionam as seguintes etapas:

1. Colaborar na preparação de reunião entre os dirigentes do MCTI e seus Institutos de Pesquisa, com vistas a analisar a possibilidade de se estabelecer ações coordenadas entre os mesmos;
2. Revisar as diretrizes emanadas pelos exercícios de avaliação dos Institutos realizados anteriormente, em particular pelos chamados relatórios Bevilacqua e Tundisi; e
3. Sugerir desenho sobre um arranjo sistêmico de atuação dos Institutos do MCTI.

Com base na participação da equipe do CGEE nas atividades coordenadas pelo MCTI, em especial pela SCUP, foi preparado o relatório final desta subação, que resume o alcançado nas três etapas acima mencionadas. A participação do CGEE até a conclusão desta subação não implicou em gastos diretos para o Centro nas atividades realizadas, uma vez que estas despesas foram integralmente assumidas pela direção superior do MCTI. Os passos seguintes voltados para o fortalecimento dos Institutos de Pesquisa dependerão de apreciação por parte do MCTI com relação à adoção das recomendações colocadas no referido documento.

Esta subação foi incluída no Plano de Ação do Contrato de Gestão motivada pela necessidade de se prover maior organicidade e integração aos Institutos de Pesquisa do MCTI, tomando-se por base oportunidades de fortalecimento da ação desse Ministério em temas estratégicos para o País, tais como: o aproveitamento da biodiversidade brasileira e o desenvolvimento tecnológico nos temas informação e comunicação; biotecnologia e nanotecnologia; e nas atividades aeronáutica e espacial.

Os demandantes foram a SCUP/SEXEC do MCTI e os interlocutores principais foram os dirigentes da SCUP/MCTI e da SEXEC/MCTI e os dirigentes das Unidades de Pesquisa (UPs) do MCTI.

O principal valor da contribuição do CGEE foi a formulação inovadora de um Sistema das UPs do MCTI que viabilizaria a estruturação de uma rede entre as UPs, de modo que fossem compartilhadas as facilidades laboratoriais, utilização da complementaridade entre as UPs e o enfoque nas questões centrais da política de CT&I, ao invés do enfoque atual, que é disciplinar. Desse modo, as UPs passariam a ser entendidas e utilizadas como "braços" do MCTI na implementação e monitoramento da Política Nacional de CT&I.

O impacto potencial da utilização das recomendações do CGEE seria a otimização do funcionamento das UPs, em um primeiro e mais imediato resultado, e a maior articulação do MCTI com a rede formada pelas UPs, com conseqüente maior eficiência na implementação das políticas de CT&I.

A SEXEC/MCTI expressou em reuniões sua satisfação com as propostas resultantes desse trabalho e mencionou que buscaria a implementação das propostas, que seria feita em diferentes etapas distribuídas no tempo.

O principal produto da subação foi:

Fortalecimento e consolidação das unidades de pesquisa do MCTI. Relatório final. Brasília: CGEE, 2012. 27p.

Informações sobre a Atividade da Linha de Ação 3

53.8.80 Atividade - Desenvolvimento e atualização de plataformas eletrônicas em CT&I

Meta: Estruturar o Escritório de Projetos de Gestão da Informação

Prazo: 31/12/2012

Peso 0,2

A demanda pela implantação de uma Unidade de Projetos em Gestão da Informação no CGEE foi apresentada pela própria diretoria do Centro, em resposta a posicionamentos do seu corpo técnico quando a se conferir uma gestão profissionalizada e com base nas melhores práticas aplicadas ao desenvolvimento de sistemas de informação e de gestão do conhecimento demandados tanto internamente ou em função de necessidades do SNCTI.

No entender da direção do Centro, mostrou-se uma decisão estratégica de fundamental importância, com implicações positivas para a produtividade e qualidade dos estudos do Centro e em apoio ao desenvolvimento de plataformas e sistemas de informação para atores diversos do SNCTI.

Na literatura consultada e nos debates realizados internamente, bem como no projeto de P&D conduzido pelo CGEE no âmbito da Plataforma Aquarius, foram evidenciados os desafios relativos à captação, tratamento, integração de dados, memória e aprendizado organizacional. Nas reuniões internas para debate da estruturação da Unidade de Projetos em Gestão da informação (o termo "Unidade" foi considerado pela direção do Centro como sendo mais apropriado do que "Escritório"), esses desafios se mostraram intensamente presentes nos debates realizados pela equipe especializada do CGEE. Decidiu-se, assim, que essa Unidade deveria incorporar a responsabilidade institucional de prospectar métodos, procedimentos e

boas práticas para apoio aos líderes, assessores e colaboradores, na condução de projetos de sistemas de informação, orientando-os sobre os recursos informacionais já disponíveis e sobre as atividades a serem realizadas internamente ou com o concurso de prestadores de serviços especializados.

Conforme os termos pactuados com Órgão Supervisor, a "Unidade de Projetos em gestão da informação no CGEE", foi efetivamente implantada e encontra-se em operação conforme os termos de referência que lhe foram conferidos.

São esperados impactos muito positivos da atuação da Unidade de Projetos no que se refere ao tratamento sendo dado às demandas internas e externas por desenvolvimento e manutenção de plataformas eletrônicas, delimitando-se claramente o papel da equipe técnica do CGEE e de prestadores de serviços técnicos especializados neste particular.

O principal produto obtido nessa primeira fase desta Atividade foi:

Implantação de unidade de projetos em gestão da informação no CGEE. Relatório Final. CGEE, 2012. 33 p.

53.5.80 Atividade - Notas Técnicas

Meta: Elaborar 03 (três) Notas Técnicas

Prazo: 31/12/2012

Peso 0,2

A produção de Notas Técnicas por demanda de instituições participantes do SNCTI é um espaço existente no Contrato de Gestão para a produção de subsídios técnicos ágeis em assuntos atuais ou emergentes, de relevância para este sistema.

No ano de 2012 o CGEE, elaborou quatro (6) Notas Técnicas, portanto o dobro da meta estabelecida para o Centro em 2012.

Quatro foram elaboradas por solicitação da SETEC do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, relacionadas com o desenvolvimento tecnológico e a inovação no campo da produção de energia elétrica a partir da fonte eólica, conforme descritas a seguir:

1. Cenário tecnológico para o desenvolvimento da energia eólica no Brasil: cenário internacional;
2. Cenário tecnológico para o desenvolvimento da energia eólica no Brasil: cenário nacional;
3. Cenário tecnológico para o desenvolvimento da energia eólica no Brasil: panorama nacional;

4. Cenário tecnológico para o desenvolvimento da energia eólica no Brasil: percepções.

Outras duas Notas Técnicas foram elaboradas por solicitação da SEPIN/MCTI, conforme apresentadas a seguir:

5. Establishing a high tech display industry in Brazil - Part 1; e
6. Establishing a high tech display industry in Brazil - Part 2: market and technologies.

Por solicitação da Secretaria de Inovação do MDIC, encontravam-se em preparação ao final de 2012 outras duas Notas Técnicas versando sobre o tema de repartição monetária de benefícios derivados do uso comercial de componentes do Patrimônio Genético Nacional.

No trabalho de produção de notas técnicas, o CGEE atua fortemente na seleção de especialistas, na elaboração dos seus termos de referência, contratação e acompanhamento dos trabalhos e, sempre que requerido, edição final e eventual publicação das mesmas.

53.5.81 Atividade - Reuniões de Especialistas

Meta: Realizar 03 (três) reuniões de especialistas

Prazo: 31/12/2012

Peso 0,2

A realização de Reuniões de Especialistas por demanda de instituições participantes do SNCTI é um espaço existente no Contrato de Gestão para que especialistas sejam agilmente mobilizados para temas candentes de interesse para o SNCTI.

Ao longo de 2012 foram realizadas oito (8) reuniões de especialistas, a saber:

1. Workshop Perspectiva em CT&I para a Área de Energia Eólica no Brasil que reuniu representantes da Câmara de Energia Eólica do Ceará, do MCTI, da UFC, UFPE e UFMG, realizada no dia 28 de março, com o objetivo de gerar nota técnica para o MCTI sobre o tema;
2. Workshop Perspectiva em CT&I para a Área de Energia Eólica no Brasil onde participaram representantes do MCTI, EPE, ANEEL, CNPq e ABDI, realizada no dia 10 de abril, com o objetivo de elaborar nota técnica sobre o mesmo tema; e
3. Oficina de trabalho Cenário Tecnológico para o Desenvolvimento da Energia Eólica no Brasil - Percepções. Participaram do evento representantes da CEPEL, Cseolica, ABE, MDIC, ABDI, ANEEL, GPEC, CNPq, General Eletric, UFSM, PUC-RS e Iberdola Renováveis, realizada no dia 9 de maio, com o objetivo de validar nota técnica;

4. Reunião de especialistas do Mercosul, realizada em 25 de outubro em Brasília, com o objetivo de reunir especialistas do Mercosul participantes da RECyT para debater temas em CT&I de interesse comum;
5. Reunião de especialistas no tema Terras Raras, realizada no dia 25 de outubro no Rio de Janeiro, com o objetivo de discutir e recomendar ações estratégicas relacionadas com o estudo feito pelo CGEE sobre "Usos e Aplicações de Terras Raras";
6. Reunião de especialistas em acesso aos componentes do Patrimônio Genético Nacional, realizada em Brasília no dia 13 de novembro de 2012;
7. Reunião de especialistas em CT&I, realizada em 21 de novembro em João Pessoa, com o objetivo de discutir a agenda de desenvolvimento e as bases do Plano de CT&I para a Paraíba;
8. Reunião de especialistas em nanotecnologia intitulada "Da ciência ao mundo dos negócios", realizada no dia 21 de novembro em Fortaleza, com o objetivo de discutir aplicações da nanotecnologia com foco em três setores: Saúde, Alimento e Metal Mecânico. Esta reunião contou com a participação de 130 especialistas do meio empresarial, de governo e da academia. Dentre os temas debatidos foram priorizados três segmentos de aplicações em nanotecnologia: Metal-Mecânica, Saúde e Alimentos.

Destaques em 2012 da Linha de Ação 4 – Disseminação de Informação em Ciência, Tecnologia e Inovação

A Linha de Ação "Disseminação de Informação em C, T & I" tem se caracterizado ao longo do tempo como um segmento composto, predominantemente, por "atividades" continuadas. Dessa forma a adoção pelo CGEE, em 2013, do conceito de "Atividade" veio a contribuir pela explicitação dos trabalhos aí desenvolvidos.

Com esse enfoque foram estabelecidas no 5º e 6º termos aditivos duas "atividades" – "Participação em eventos da disseminação da informação em C, T & I" e "Produção e Disseminação da Informação". A primeira visa englobar todas as iniciativas nas quais o CGEE venha a participar de eventos, locais, regionais, nacionais ou mesmo internacionais, de divulgação da ciência, tecnologia e inovação. Na segunda estão englobadas todas as publicações do CGEE sejam em papel, sejam em mídia eletrônica. Está considerada neste item a preparação das edições da Revista Parceria Estratégicas, editada desde 1996 e atualmente no número 35.

Para o ano de 2012 foram estabelecidas três metas para as duas Atividades desta linha de ação, a serem atingidas até 31 de dezembro deste ano, objetivo esse plenamente concretizado e até superado. A primeira contemplava a participação em dois eventos e o CGEE participou de três, a segunda tratava da edição de dois números da Revista Parcerias Estratégicas e a terceira previa a edição de sete publicações, tendo sido editadas oito.

Além das já tradicionais participações na Reunião Anual da SBPC e da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, em 2013 o CGEE participou no período de 08 a 13 de maio da Expoidea 2012, realizada na cidade de Recife, também conhecida como “Feira do Futuro” e cujo tema foi Tecnologia, Sustentabilidade e Cultura. O evento, de significativa representatividade regional e nacional, contou com *stand* do CGEE onde estavam expostos os trabalhos e publicações do Centro. Neste evento, o CGEE participou, também, proferindo diversas palestras sobre temas ligados a Desenvolvimento Regional, Convergência Tecnológica, Energia e Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC). Nestas oportunidades foram estabelecidas as relações entre recentes trabalhos do CGEE - “Agendas de C, T & I em cadeias produtivas selecionadas – Recife” - e os temas da Feira.

As duas metas ligadas à Atividade “Produção e Disseminação de Informação”, foram atingidas com a publicação dos números 35 e 36 da Revista Parcerias Estratégicas, e com a concretização de 8 (oito) publicações envolvendo os diversos trabalhos realizados pelo Centro. Dentre esses trabalhos, merece destaque o Livro “Mestres – 2012” que apesar de ter sua divulgação mais ampla através da mídia ocorrida apenas em 2013, influenciará, de modo significativo, várias políticas públicas, à semelhança do observado em 2010 quando do lançamento da publicação “Doutores – 2010”. Ainda no item publicações, merece destaque a publicação em inglês “Sustainability of sugarcane bioenergy” cuja edição e divulgação esteve direcionada para a realização da Conferência Rio + 20 onde a participação do CGEE se deu de forma significativa.

Informações sobre as Atividades da Linha de Ação 4

54.1.80 Atividade - Participação em eventos de disseminação da informação em CT&I

Meta: Participar institucionalmente de 02 (dois) eventos de disseminação da informação em CT&I

Prazo: 31/12/2012

Peso 0,25

Objetivando atender a meta estabelecida o Centro participou de três eventos nacionais para a disseminação de informações em CT&I, associadas, principalmente, aos estudos, análises e avaliações realizadas pelo CGEE.

1. **Expoidea 2012**, realizada entre os dias 8 e 13 de maio na cidade de Recife – Pernambuco. O evento, conhecido também como Feira do Futuro, é uma plataforma nacional cuja agenda se desenvolve em três pilares: Tecnologia, Sustentabilidade e Cultura. Em 2012, os participantes do CGEE apresentaram palestras sobre o tema Desenvolvimento Regional e Conexão Global, com o objetivo de contribuir para o debate sobre economia criativa e as possibilidades de novos negócios para a área de cultura e ciência e tecnologia. A partir do tema Inovação e Desenvolvimento Regional,

o CGEE mostrou como atualmente o Brasil tem optado por desenvolver-se reduzindo a pobreza e promovendo a inclusão social e econômica de parcelas crescentes da população. Sobre o tema Convergência Tecnológica, o CGEE fez referência ao avanço nas áreas de educação, segurança pública, saúde, mitigação de desastres, resolução de conflitos e aprimoramento das capacidades humanas. Foram apresentadas, também, as mudanças pelas quais o sistema elétrico mundial passará nos próximos anos, provenientes da integração com as infraestruturas de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e as diferentes ações de eficiência energética. Todas as apresentações listadas anteriormente tiveram seus conteúdos desenvolvidos a partir de estudos feitos pelo CGEE;

2. **64ª Reunião Anual da SBPC** cujo tema foi "Ciência, Cultura, e saberes Tradicionais para enfrentar a pobreza", realizada no período de 22 a 27 de julho, em São Luis no Maranhão. Este evento contou com a participação de 2 membros da equipe de organização e divulgação do CGEE. Além disto, assessores e membros da direção participaram de palestras e outros momentos durante esta Reunião. Um Totem eletrônico foi disponibilizado aos participantes, para consultas e pesquisas em temas de ciência, tecnologia e inovação; e
3. **Semana Nacional de Ciência e Tecnologia** cujo tema foi "Economia Verde, sustentabilidade e erradicação da pobreza", ocorrido no período de 16 a 21 de outubro, em Brasília - DF. Este evento contou com a participação de estudantes, professores e público em geral. O Centro divulgou suas publicações e outros materiais de interesse em CT&I, além da exposição do Totem eletrônico para consultas e pesquisas.

A participação em eventos dessa natureza tem o objetivo de divulgar o trabalho desenvolvido pelo Centro junto a públicos segmentados, como forma de consolidar a imagem da Instituição e divulgar o conteúdo dos conhecimentos produzidos e assim ampliar os benefícios a serem apropriados pela sociedade.

O CGEE realizou palestras e distribuição de publicações, em papel e em mídia eletrônica, adequadas e compatíveis com o público participante dos eventos.

Constata-se um impacto no sentido de possibilitar a associação e fixação de uma imagem positiva do Centro junto aos segmentos da Sociedade interessados em CT&I.

54.1.81 Atividade - Produção e disseminação de informação

Meta 1: Editar e distribuir 02 (dois) números da revista Parcerias Estratégicas

Prazo: 31/12/2012

Peso 0,25

A revista *Parcerias Estratégicas* é uma publicação regular, semestral e é editada desde 1996. A meta contratual para 2012 repetiu a expectativa de publicação de dois números anuais e foi atingida pela edição dos números 34 e 35. O primeiro número manteve a tradicional linha editorial com a publicação de seis artigos na sessão sobre Política em Ciência, Tecnologia e Inovação e outro na sessão Memória, tendo sendo editado e distribuído ainda em 2012.

O número 35 consolidou um conjunto de artigos, documentos e relatos associados aos eventos organizados pelo CGEE, durante a Conferência Rio + 20, com destaque para o registro da assinatura do Acordo Tripartite Brasil – França – África, firmado por representantes CNPq, IRD, AIRD, APMV e CGEE. Os efeitos práticos foram observados de imediato com o lançamento, pelo CNPq, de um edital de apoio a projetos científicos tendo como alvo o Sahel e o Sahara. A consolidação dessa documentação embora tenha tido sua edição finalizada ao longo de 2012, por problemas operacionais, foi impresso e distribuído no início de 2013.

Cabe destacar que durante o ano de 2012 foi realizada uma pesquisa junto aos assinantes da revista *Parcerias Estratégica* no sentido de identificar a utilização da revista e atualizar o cadastro quanto ao interesse de permanecer com o recebimento. Os resultados obtidos foram altamente favoráveis e permitirão orientar eventuais ajustes na linha editorial e além de renovar o interesse na assinatura. Atualmente esse número já supera os 1360 assinantes cadastrados.

A revista tem como objetivo possibilitar a divulgação dos trabalhos realizados pelo Centro, com foco em Políticas e Estratégias Públicas. Além do público diretamente vinculado a Instituições de C, T & I, notadamente localizado em instituições acadêmicas, a revista *Parcerias Estratégicas*, procura atingir também um público mais disperso representado por entidades de governo e representativas do setor produtivo.

Produtos obtidos:

Duas edições – números 34 e 35 – da revista *Parcerias Estratégicas*.

Meta 2: Editar e distribuir 07 (sete) publicações associadas aos estudos conduzidos pelo CGEE

Prazo: 31/12/2012

Peso 0,25

Anualmente são identificados pelo Centro quais estudos, pela sua profundidade, abrangência, oportunidade e impacto potencial, devem ser objeto de uma publicação mais ampla, seja em papel ou em meio eletrônico. Normalmente tais estudos são resultado de trabalhos concluídos naquele ano ou no ano anterior. Para o exercício de 2012 foi acordada a meta de sete publicações a qual foi integralmente atingida, sendo inclusive superada em 14%.

Foram feitas as seguintes publicações:

1. Sustainability of sugarcane bioenergy (publicação em inglês)

2. A questão da água no Nordeste;
3. Conferência Rio + 20, contendo coletânea das 25 publicações editadas entre 2008 e 2012, escolhidas para atender principalmente o público participante desta Conferência – publicação em mídia eletrônica (CD);
4. Avaliação e percepções para o desenvolvimento de uma política de CT&I no fomento da energia eólica no Brasil;
5. Inovações tecnológicas em cadeias produtivas selecionadas. Oportunidades de negócios para o Município de Recife (PE): Saúde, Logística, Petróleo e Gás;
6. Mestres 2012: Formação e emprego no Brasil;
7. Roadmap tecnológico para a produção, uso limpo e eficiente do carvão mineral nacional: 2012 a 2035.
8. Redes Elétricas Inteligentes: contexto nacional.

O maior destaque deve ser dado para a publicação Mestres – 2012, cujo resultado representa um conjunto de dados sobre a formação de Mestres no Brasil, sua distribuição, empregabilidade, remuneração, composição quanto a gênero e área do conhecimento, enfim um conjunto de informações organizadas cuja análise permitirá orientar toda uma gama de políticas públicas destinadas à formação de Recursos Humanos. Os resultados preliminares dessa publicação foram objeto de manifestações enfaticamente favoráveis por parte da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e outras Instituições ligadas a Educação e a C, T & I.

Merecem referências especiais as publicações que tratam da questão da energia, cujos estudos foram objeto de manifestações recentes do Ministério de Minas e Energia – MME e do Ministério do Desenvolvimento e Indústria e Comércio – MDIC, a cerca das contribuições dos trabalhos do CGEE para o Plano Brasil Maior e Inova Energia.

Durante 2012 foram abordados, ainda, dois aspectos importantes ligados a questão das publicações. O primeiro diz respeito a discussão sobre a importância de adotar o modelo de mídia eletrônica como ferramenta usual de divulgação dos trabalhos do CGEE. Como forma de contribuir para a discussão do assunto foi consultado o International Standard Book Number - ISBN que se manifestou no sentido de que garante numeração de livros eletrônicos no formato CD ROM. Esclareceu ainda que o sistema numérico é convertido em código de barras, o que elimina barreiras linguísticas e facilita a circulação e comercialização das obras publicadas. Associado a isso, foram elencados um conjunto de vantagens para a adoção do modelo que podem ser descritas como:

1. Diminuição de custos de produção: é interessante utilizar esta mídia para as publicações que requerem número expressivo de exemplares (a partir de 700) e grande volume de texto que não comporta impressão em papel;

2. Relação positiva custo/benefício na distribuição logística (correios, entregas rápidas, etc.) pelo tamanho e peso do CD ROM;
3. Compilação de todos os documentos em um único ambiente;
4. O documento pode ser complementado com informações adicionais que não teriam espaço nas edições em papel;
5. Não ameaçam as publicações impressas tradicionais;
6. Comodidade em transportar de forma prática para aqueles que estão em deslocamento ou viagens fora do seu local de trabalho ou moradia;

Considerando os aspectos positivos identificados, este tipo de mídia terá sua utilização intensificada, sem prejuízo da continuidade das edições em papel e da divulgação dos trabalhos realizados no sitio do CGEE na Internet – www.cgee.org.br.

Embora de repercussão apenas interna, quanto ao aperfeiçoamento de rotinas e procedimentos, entrou em vigor a Resolução da Presidência nº 008/2012, que visa regulamentar os procedimentos da sistemática de produção, edição, distribuição e divulgação de publicações do Centro. Existe a expectativa e o compromisso de que novos aperfeiçoamentos serão feitos na gestão de publicações, como resultado do trabalho de pesquisa realizado em 2012. Nessa linha estão incluídas a retomada das atividades do Conselho Editorial da revista Parcerias Estratégicas e uma revisão quanto à tipificação das publicações do Centro.

Dado os temas abordados pelas publicações em 2012, são fortes as expectativas de as mesmas contribuam para aumentar o impacto dos estudos do CGEE sobre políticas públicas e programas estratégicos, especialmente nas áreas ligadas à formação de recursos humanos e de políticas para o setor energético nacional.

Destaques em 2012 da Linha de Ação 5 – Desenvolvimento Institucional

Foram vários e significativos os avanços feitos pelo CGEE em 2012 nessa Linha de Ação, tão importante para o futuro da instituição na sua missão de realizar estudos de alto nível para o SNCTI.

Como destaques, são apontados: (1) a criação de um observatório em CT&I, com uma pauta de trabalho focada nas questões estratégicas nacionais mas inspirado em experiências exitosas do país e do exterior; (2) a realização de dois seminários para debater aspectos metodológicos de interesse do Centro, um sobre cientometria na área de avaliação estratégica e outro, internacional, sobre cenários na área de prospectiva tecnológica. Como consequência do seminário internacional sobre cenários, uma possível parceria com a UNESCO está sendo

desenhada para 2013; e (3) a produção de um documento de referência para as atividades de avaliação estratégica.

Vale ainda destacar a permanente preocupação do CGEE com a disponibilização para o seu corpo técnico de bases de dados de ampla cobertura setorial e temática. Em 2012, o CGEE adquiriu os direitos de acesso e uso de duas bases de informações qualificadas sobre mercados e tecnologia (INFORMA - Datamonitor e FACTIVA - Dow Jones).

Informações sobre as Atividades da Linha de Ação 5

56.2.80 Atividade - Observatório em Ciência, Tecnologia e Inovação

Meta: Elaborar documento que sintetize a estrutura de atuação do Observatório em Ciência, Tecnologia e Inovação, considerando: o ferramental de captura e análise de informação; o escopo de observação; o perfil da equipe; e o formato e periodicidade de produtos.

Prazo: 31/12/2012

Peso 0,1

A atividade denominada “Observatório em Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI)” tem como objetivo gerar inteligência antecipatória estratégica para uma melhor compreensão das transformações futuras relevantes para as ações e políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação. Deverá incorporar o monitoramento sistemático e sistêmico de tendências e sinais emergentes relacionados às dimensões ambiental, social, política, econômica, relevantes para a elaboração de políticas e programas em CTI. As atividades do Observatório do CGEE de CTI deverão envolver, ainda, a análise compartilhada e articulação entre os atores do SNCTI dos desafios identificados. Para isso, prevê-se o estabelecimento de um processo de identificação estruturada de desafios cujas soluções passem por ações ou políticas de CTI, bem como de suas potenciais implicações, com base em evidências, sempre que possível.

Nesse contexto, os objetivos específicos do Observatório CGEE de CTI são (1) Identificação regular e sistemática de tendências, sinais emergentes e surpresas, relevantes para o SNCTI, e de suas inter-relações com os sistemas social, econômico, ambiental e político; (2) Geração de *insights* que possam ajudar na compreensão das transformações que estão ocorrendo ou podem vir a ocorrer no futuro, com o intuito de identificar desafios que devam ser monitorados.

A meta estabelecida para esta atividade com prazo em 31 de dezembro de 2012 foi a de elaborar documento síntese sobre a estrutura de atuação do Observatório CGEE de CTI. Foi, assim, produzido documento que descreve:

- e) A estrutura de atuação do Observatório CGEE de CTI, incluindo o escopo de observação e de análise;
- f) As habilidades necessárias para buscar inputs e tratar as informações captadas (perfil da equipe);

- g) O formato e a periodicidade dos produtos como, por exemplo, a edição periódica de um boletim;
- h) Ferramentas e métodos a serem utilizados para a captura e a análise de informação.

Para iniciar a estruturação e operacionalização do Observatório CGEE de CTI, em 2013, a estrutura de atuação do Observatório CGEE de CTI será operacionalizada, sempre que possível alinhada à *Innovation Policy Platform* sendo desenvolvida pela OECD em parceria com o Banco Mundial.

Como valor agregado ao CGEE, podem ser citados:

1. Desenho da estrutura do Observatório CGEE de CTI
O desenho levou em consideração atividades congêneres sendo desenvolvidas no mundo. Com isso estabelece-se um relacionamento informal com a OCDE e a plataforma (*Innovation Policy Platform*) sendo desenvolvida por eles em colaboração com o Banco Mundial. O valor agregado será a possibilidade futura de se fazer comparações entre o que está ocorrendo no Brasil com outros países no mundo, tanto par aprendizado mútuo como para a identificação de possíveis melhorias no Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI).
2. Identificação das habilidades necessárias para a equipe interna do Observatório CGEE de CTI
Foi realizada uma análise global das atividades de *horizon scanning* e de como essas instituições e governos levam a cabo o mapeamento e a análise de sinais emergentes que tenham relevância para seus SNCTI. Dessa forma, identificou-se um programa sendo iniciado pela UNECSO (*Futures Literacy*) que busca justamente desenvolver de forma sistemática as habilidades identificadas como necessárias para que uma equipe desenvolva o que é esperado pelo Observatório CGEE de CTI. Um processo de colaboração foi iniciado com a UNESCO e o CGEE agora participa ativamente do desenvolvimento da metodologia “Futures Literacy”, o que agregará valor tanto internamente, através de um programa de capacitação de colaboradores do CGEE, como externamente, uma vez que o CGEE passa a ser um membro internacional ativo no desenvolvimento de uma metodologia. Uma vez testada a metodologia, em 2013, um processo de capacitação interna de colaboradores do CGEE será desenvolvido (ainda em 2013) para que a equipe Observatório CGEE de CTI seja capaz de levar a cabo a análise requerida.
3. Levantamento de possíveis formatos dos produtos a serem gerados, bem como de sua periodicidade. Foi possível identificar formatos diversos de como os resultados de análises de *horizon scanning* são comunicadas a clientes, tanto públicos como privados. Alguns desses formatos serão testados para verificar quais são aqueles que irão agregar maior valor para o CGEE e seus clientes.
4. Mapeamento de algumas ferramentas e métodos para a captura e análise de informação

O valor agregado de tal mapeamento está na identificação de grupos que possuem ferramentas e tecnologias de interesse para o Observatório CGEE de CTI. Um processo de colaboração com a CórteX Intelligence para testar ferramentas de *text mining* será iniciado em 2013 para verificar como essa tecnologia pode efetivamente dar suporte ao mapeamento sistemático de sinais emergentes.

O impacto atual está na colaboração sendo feita tanto com a OECD (estrutura do Observatório CGEE de CTI) como com a UNESCO (desenvolvimento da metodologia “Futures Literarcy” e, posteriormente, capacitação da equipe interna do CGEE que irá se dedicar ao Observatório CGEE de CTI).

Impactos potenciais futuros incluem, entre outros: maior conhecimento do SNCTI e de ações e políticas potenciais que deem suporte a um sistema mais robusto e capaz de fomentar inovações de forma mais efetiva; identificação antecipada de transformações futuras ou sinais emergentes e de como os mesmos podem impactar a evolução percebida do SNCTI facilitando, portanto, a identificação de políticas e ações que preparem o país para tais mudanças ou para que beneficiem o Brasil a capitalizar os benefícios das transformações percebidas.

O produto final desta atividade foi:

1. Documento que descreve a estrutura do observatório CGEE de CTI. In: Atividade – Observatório em Ciência, Tecnologia e Inovação. Brasília: CGEE, 2012. 14p.

56.2.81 Atividade - Desenvolvimento de competências e ferramentas em prospecção, avaliação estratégica, gestão da informação e do conhecimento

Meta 1: Realizar dois seminários: um sobre o emprego de cenários em estudos relacionados com a natureza dos projetos conduzidos pelo Centro; e outro sobre o emprego de metodologias em cientometria aplicadas à avaliação em CT&I

Prazo: 31/12/2012

Peso 0,1

A realização dos dois seminários faz parte da função do Núcleo de Competência Metodológica (NCM) do CGEE no seu objetivo de consolidar competências para a utilização nos projetos em curso no Centro.

Durante o ano de 2012, foram realizados dois seminários para debater aspectos metodológicos de interesse para o CGEE, um sobre cientometria na área de avaliação estratégica e outro, internacional, sobre cenários na área de prospectiva. Como consequência do seminário internacional sobre cenários, uma possível parceria com a UNESCO está sendo desenhada para 2013.

As questões relativas a cenários (objeto de um dos seminários) são dirigidas às necessidades levantadas no Centro com relação à capacitação interna de lidar com futuros exploratórios, em adição à competência já existente para futuros normativos. No que diz respeito à cientometria para atividades de avaliação, também se objetiva diversificar a competência do Centro de lidar com todas as questões que envolvem quantificação da produção científica, bem como suas análises para as atividades de avaliação.

O principal resultado dessa atividade foi a consolidação das competências nas duas áreas: cientometria para avaliação e cenários exploratórios para prospecção, cujo valor agregado refletiu diretamente nos colaboradores internos do CGEE.

Principal produto final

1. Summary of the Mutual Learning Workshop on Scenarios – Building Foresight Capacity at CGEE. In: Atividade em Atividade – Desenvolvimento de Competências e Ferramentas em Prospecção, Avaliação Estratégica, Gestão da Informação e do Conhecimento. Brasília: CGEE, 2012. 4p. [Resumo Executivo]

Meta 2: Concluir o mapeamento de instituições que atuam nas áreas de estudos de futuro e de avaliação estratégica em CT&I

Prazo: 31/12/2012

Peso 0,1

Obter conhecimento mais aprofundado das instituições congêneres ao CGEE com o objetivo de se consolidar uma efetiva rede de cooperação é o principal objetivo desta atividade.

Em 2012 foi realizado o mapeamento dos núcleos e das instituições análogas ao Núcleo de Competência Metodológica – NCM, nas áreas de prospectiva e de avaliação estratégica. Para 2013 um novo relatório será desenvolvido, com base no mapeamento realizado em 2012, posicionando o CGEE dentro do contexto nacional de prospectiva e indicando possíveis parcerias a serem construídas.

Com o intuito de consolidar uma rede de cooperação para tornar mais eficiente o trabalho desenvolvido no CGEE e nas instituições congêneres, esta atividade agrega, principalmente aos responsáveis pelos projetos do CGEE, uma melhoria da qualidade dos trabalhos e maior eficiência na condução de suas etapas.

O principal resultado foi a montagem de banco de dados de instituições congêneres com suas competências mais relevantes.

Como produto final, apresentamos o relatório sobre mapeamento das atividades de prospectiva no Brasil. In: Atividade – Desenvolvimento de Competências e Ferramentas em Prospecção, Avaliação Estratégica, Gestão da Informação e do Conhecimento. Brasília: CGEE, 2012. 38p.

Meta 3: Elaborar documento referencial de orientação para as atividades de avaliação estratégica conduzidas pelo CGEE

Prazo: 31/12/2012

Peso 0,1

O documento preparado pelo CGEE em 2012 tem o objetivo de incorporar as principais recomendações decorrentes dos dois seminários realizados pelo CGEE, quais sejam: 1. Seminário Cientometria, realizado em 14/11/2012, Brasília, DF (Objetivo: Debater sobre metodologias e ferramentas bibliométricas para construção de indicadores de A&A de CT&I, no âmbito da subação Desenvolvimento e aprimoramento de métodos e ferramentas em prospecção e avaliação) e 2. Workshop sobre Cenários, realizado em 05/12/2012, Brasília, DF (Objetivo: explorar e aprender como diferentes especialistas e instituições em todo o mundo lidam com aspectos de cenários, tais como - tipologias, abordagens, complexidade e emergência, e as ferramentas aplicadas a contextos particulares, inclusive para a construção de narrativas, bem como a visualização e ferramentas de comunicação).

Em 2012, foi realizada a produção de um documento de referência para as atividades de avaliação estratégica e atualização do referencial existente na área de prospecção, neste caso para incorporar diferentes alternativas de futuro e, portanto, a definição de estratégias mais robustas e adaptativas ao invés de apenas normativas. Em 2013 tais referenciais serão transformados em um fluxograma descrevendo um processo detalhado de como projetos de avaliação e de prospecção podem ser desenhados para facilitar o uso de tais enfoques metodológicos pela equipe técnica do Centro.

Na busca da contínua consolidação de competências necessárias às atividades do CGEE onde as equipes de trabalho do Centro são as maiores beneficiadas, obtivemos como principal resultado a consolidação de material de pesquisa documental sobre os dois temas, acrescida das recomendações dos seminários, convertem-se por meio do documento de referência em uma efetiva ampliação das competências internas.

Como impacto potencial, podemos citar a melhoria da qualidade dos trabalhos em avaliação estratégica desenvolvidos pelo CGEE e uma maior eficiência na condução de suas etapas.

Produto final:

1. Orientações para as atividades de Avaliação Estratégica conduzidas pelo CGEE; 2012; 25p

Meta 4: Identificar e adquirir base de dados de pesquisas de mercado para apoio à condução de diagnósticos e estudos de tendências setoriais e temáticos de interesse para o CGEE

Prazo: 31/12/2012

Peso 0,1

A identificação e aquisição de bases de dados tem o objetivo de proporcionar às equipes do CGEE o direito de acesso a informações especializadas resultantes de pesquisas de mercado global, nacional e local, com informações sobre tecnologias, processos produtos, mercados e seus agentes (*players*) em todo o mundo. As bases de dados também devem prover ao CGEE *insights* inteligentes sobre tendências e oportunidades de mercado que sejam úteis para tomada de decisão em políticas, programas, planos e projetos governamentais envolvendo CT&I.

Em 2012, o CGEE adquiriu os direitos de acesso e uso de bases de informações qualificadas sobre mercados e tecnologias para o CGEE, quais sejam: INFORMA (Datamonitor) e FACTIVA (Dow Jones).

Sendo bases dinâmicas, pode-se ter acesso a informações atualizadas de componentes de mercado presente em diversos estudos em desenvolvimento no Centro.

As equipes de projetos do CGEE puderam ser beneficiadas com a utilização dos dados mais atualizados possíveis sobre mercados e tecnologias para a consecução dos objetivos dos projetos em curso, impactando, substancialmente a melhoria na qualidade dos trabalhos realizados pelo CGEE.

Informações sobre a subação concluída na Linha de Ação 5

56.2.6 Aprimoramento da sistemática de avaliação do Contrato de Gestão

Meta: Concluir a subação de Aprimoramento da Sistemática de Avaliação do Contrato de Gestão

Prazo: 31/12/2012

Peso 1

Esta subação, iniciada por iniciativa da Comissão de Avaliação - CA teve como objetivo o de analisar a sistemática atual de avaliação do Contrato de Gestão mantido entre a União e o CGEE e supervisionado pelo MCTI, com o propósito de construir entendimentos sobre como aprimorar os métodos até então utilizados. Visou, principalmente, desenvolver indicadores robustos de acompanhamento e aos aspectos ligados à efetividade dos trabalhos conduzidos pelo Centro.

Para este fim, a direção do CGEE e membros da CA se reuniram em três oportunidades no segundo semestre de 2012, juntamente com os técnicos de consultoria especializada contratada pelo CGEE para apoiar este processo (Instituto Publix). Estas reuniões visaram, principalmente, homogeneizar a compreensão sobre o escopo, os objetivos e a metodologia a serem enfocados na revisão da sistemática de avaliação; debater os condicionantes da qualidade da avaliação e suas limitações, principalmente aquelas relacionadas às condições contextuais e efeitos que escapem à governabilidade do CGEE; e estabelecer um plano de trabalho para a avaliação. O desafio foi o de construir modelos específicos de mensuração de desempenho, o que implicou na definição de variáveis (aspectos ou dimensões) do desempenho que deverão ser consideradas. Foi apresentado o modelo da Cadeia de Valor dos 6Es do desempenho que constitui em: (1) Efetividade (impactos gerados pelos produtos/serviços, processos ou projetos) - vinculada ao grau de satisfação ou valor agregado; (2) Eficácia (representada pelos produtos/serviços gerados e insumos empregados, usualmente sob a forma de custos ou produtividade; (3) Eficiência (relação entre os produtos/serviços gerados e os insumos empregados; (4) Execução (realização dos processos, projetos e planos de ação conforme estabelecidos); (5) Excelência (conformidade a critérios e padrões de qualidade / excelência para a realização das atividades); (6) Economicidade (alinhada ao conceito de obtenção e uso de recursos com o menor ônus possível).

Tendo em vista que se trata de um tema de grande complexidade e crítico para a relação da Organização Social com o seu Órgão Supervisor, a CA, juntamente com a Diretoria do CGEE, optou por dar continuidade às discussões sobre o desenvolvimento de novos indicadores de acompanhamento e avaliação, a serem pactuados em uma nova sistemática de avaliação. Isto ocorrerá em reuniões posteriores à fase concluída em 31 de dezembro, encerrada com a aprovação do relatório final desta subação, que resume o consenso alcançado entre a CA e o CGEE até então.

O produto abaixo, discutido em reunião com a CA, resume os resultados obtidos nesta subação:

1. Documento contendo modelo de M&A do contrato de gestão entre CGEE e MCTI, contemplando objetos, metodologia, instrumentos, indicadores, partes envolvidas e seus papéis. Modelo de monitoramento e avaliação do contrato de gestão entre o MCTI e o CGEE.- CGEE, 2012. 62 p.